



IMPACTO DA INCLUSÃO FINANCEIRA NA REDUÇÃO DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE 2022/23

TRABALHO DE LICENCIATURA EM ECONOMIA

POR:

Nikshy Jatin Sacarlal

**FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

MAPUTO, 12 DE JUNHO DE 2026



IMPACTO DA INCLUSÃO FINANCEIRA NA REDUÇÃO DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE 2022/23

TRABALHO DE LICENCIATURA EM ECONOMIA

POR:

Nikshy Jatin Sacarlal

SUPERVISOR:

Doutor Simeão Nhabinde

FACULDADE DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

MAPUTO, 12 DE JUNHO DE 2026

DECLARAÇÃO

Declaro que a presente monografia é resultado da minha investigação pessoal, realizada sob orientação do supervisor, e que todas as fontes utilizadas estão devidamente citadas ao longo do texto, nas notas e na bibliografia final.

Declaro ainda que este trabalho é original e nunca foi submetido, total ou parcialmente, para obtenção de qualquer grau académico em outra instituição.

Maputo, aos ____ de Junho de 2026

(Nikshy Jatin Sacarlal)

APROVAÇÃO DO JÚRI

Este trabalho foi aprovado no dia __ de ____ de 2026 por nós, membros do Júri examinador
da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane

(Presidente do Júri)

(Arguente)

(Supervisor)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e à minha irmã que foram o meu maior pilar ao longo de toda esta caminhada e nunca deixaram de acreditar em mim.

Ao meu namorado, que esteve sempre presente mesmo à distância e por todo o apoio ao longo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu supervisor, Doutor Simeão Nhabinde, expresso um profundo agradecimento pela paciência, disponibilidade, orientação contínua e valiosas contribuições ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, Jatin e Anisha, e à minha irmã, Prency, pelo apoio constante, pela confiança e por estarem sempre presentes ao longo de toda a minha formação académica. Esta conquista é também vossa, pois sem o vosso amor e carinho este caminho nunca teria sido possível.

Ao meu namorado, Devan, por ter acompanhado cada página desta jornada desde o primeiro dia. Obrigada pela motivação e por estar sempre presente nos momentos mais exigentes deste percurso.

Aos meus amigos Kalani, Áurea e Tores, por terem tornado a vida académica mais leve, alegre e memorável e por terem sido uma das melhores partes desta experiência.

Agradeço ainda a todos os que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para a conclusão desta monografia.

ÍNDICE

CAPÍTULO I	1
INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Motivação.....	4
1.3 Problema de Pesquisa.....	5
1.4 Fundamentação do Problema e a Relevância do Tema de Pesquisa	7
1.5 Objectivos do Estudo	9
1.6 Hipótese.....	9
1.7 Estrutura do Trabalho de Licenciatura	9
CAPÍTULO II	10
REVISÃO DA LITERATURA	10
2.1 Definição de Conceitos	10
2.2 Principais Teorias	12
2.2.1 Teorias Sobre a Inclusão Financeira	12
2.2.2 Teorias Sobre a Pobreza.....	15
2.3 Relação Teórica entre a Inclusão Financeira e a Pobreza	17
2.4 Modelização da Relação entre Inclusão Financeira e Pobreza	18
2.5 Estudos Empíricos.....	20
2.6 Avaliação Crítica da Literatura Revista	22
CAPÍTULO III.....	24
METODOLOGIA	24
3.1 Especificação do Modelo Econométrico	24
3.2 Procedimentos de Estimação.....	25
3.3 Resultados Esperados dos Coeficientes Estimados.....	26
3.4 Descrição dos Dados de Análise	27
CAPÍTULO IV.....	30
ANÁLISE DE RESULTADOS	30
4.1 Análise de Matriz de Correlação	30
4.2 Resultados da Estimação do Modelo	30
4.3 Resultados dos Testes Diagnósticos de Regressão	32
4.4 Resultados do Modelo Corrigido da Heterocedasticidade	33
4.5 Discussão dos Principais Resultados.....	34
CAPÍTULO V	36

CONCLUSÕES	36
5.1 Conclusões	36
5.2 Recomendações.....	37
5.3 Limitações do Estudo	38
BIBLIOGRAFIA	39
APÊNDICES.....	xi

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 Evolução da Taxa da Pobreza em Moçambique, 1996-2022	1
Gráfico 1.2 Evolução do IIF Global, 2015-2024	3
Gráfico 1.3 Percentagem da população (15 anos ou mais) que possui uma conta numa instituição financeira, ou junto de um provedor de serviços de dinheiro móvel	3

Lista de Tabelas

Tabela 3.1 Sinais Esperados dos Coeficientes Estimados	27
Tabela 3.2 Sumário Estatístico	28
Tabela 4.1 Matriz da Correlação.....	30
Tabela 4.2 Estimação do Efeito da Inclusão Financeira sobre o Consumo Per Capita	31
Tabela 4.3 Resultados do Teste de Multicolinearidade (VIF)	32
Tabela 4.4 Resultados da Estimação do Modelo com Erros-Padrão Robustos	33

Lista de Abreviaturas

FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIF	Índice de Inclusão Financeira
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
MQ2E	Mínimos Quadrados em Dois Estágios
MRLM	Modelo de Regressão Linear Múltipla
ONG	Organização Não Governamental
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDC	República Democrática de Congo
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (<i>Southern African Development Community</i>)
UNW	Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres (<i>United Nations Women</i>)
USD	Dólar dos Estados Unidos – (<i>United States Dollar</i>)
VIF	Factor de Inflação da Variância (<i>Variance Inflation Factor</i>)

RESUMO

A inclusão financeira é frequentemente apresentada como um instrumento importante para a redução da pobreza e melhoria do bem-estar, sobretudo em países em desenvolvimento como Moçambique. No entanto, a evidência sobre o seu impacto efectivo nas zonas rurais ainda é limitada e pouco conclusiva. Este estudo tem como objectivo analisar o impacto da inclusão financeira no consumo per capita dos agregados familiares rurais em Moçambique. Para o efeito, foi usado como metodologia a estimação de um modelo econométrico de dados seccionais. A variável dependente é o consumo per capita como uma proxy da pobreza e a variável explicativa de maior interesse é a inclusão financeira medida em termos de posse ou não posse de uma conta bancária ou conta móvel. Os resultados indicam que a inclusão financeira tem um efeito negativo e estatisticamente significativo sobre o consumo per capita nas zonas rurais. A principal conclusão é que a inclusão financeira, por si só, não contribui para a redução da pobreza em Moçambique. Em contrapartida, a posse de activos produtivos revela-se o factor mais eficaz, com um aumento nos activos associado a um aumento do consumo per capita. O estudo recomenda a necessidade de políticas complementares que promovam a utilização produtiva de serviços financeiros como é o caso da educação financeira, uso do sistema financeiro para actividades que possam gerar renda e adequar os serviços à realidade rural.

Palavras-chave: Inclusão financeira, Pobreza, Consumo familiar

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Nas secções seguintes, descreve-se o contexto em que o tema da pesquisa se insere, expõe-se a motivação que sustenta a escolha do estudo, apresenta-se o problema de investigação, fundamenta-se a relevância do problema e do tema, estabelecem-se os objectivos e as hipóteses do trabalho e descreve-se a estrutura do trabalho.

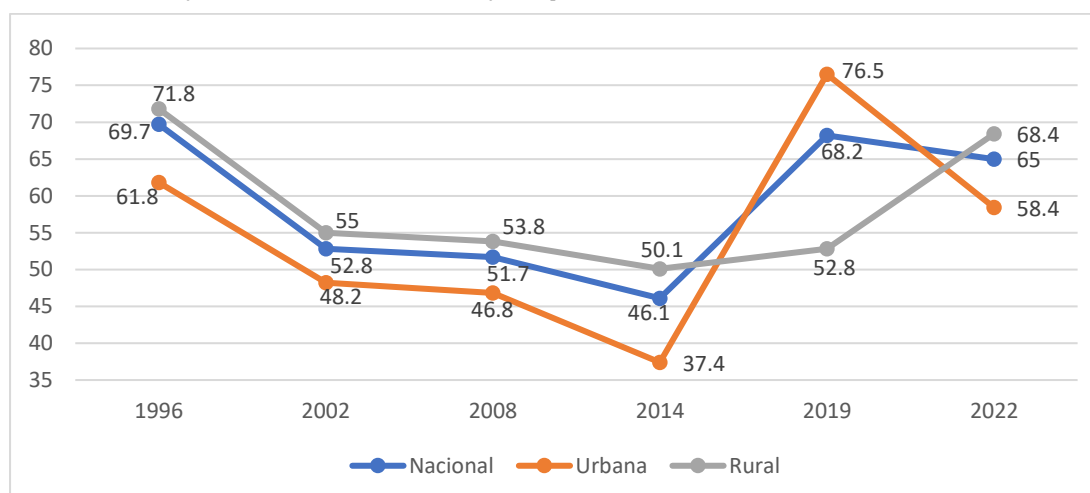
1.1 Contextualização

A pobreza em Moçambique continua a ser um desafio, afectando grande parte da população, sobretudo nas áreas rurais. Segundo Salvucci e Tarp (2024), apesar de décadas de avanços na redução da pobreza, permanecem fortes desigualdades regionais e entre áreas urbanas e rurais, acompanhadas do agravamento das condições de vida da população.

A persistência da pobreza está associada a múltiplos factores estruturais e conjunturais, incluindo o rápido crescimento populacional, acesso limitado a serviços públicos essenciais, fracas oportunidades de emprego, desigualdade de rendimento e impactos climáticos. Além disso, a insegurança em algumas regiões e o aumento dos preços de bens básicos agravam a vulnerabilidade económica e social da população (Governo de Moçambique, 2024).

O Gráfico (1.1) apresenta a evolução da taxa de pobreza em Moçambique que permite observar a tendência ao longo das últimas décadas.

Gráfico 1.1 Evolução da Taxa da Pobreza em Moçambique, 1996-2022



Fonte: Da autora, com base nos dados nos Inquéritos sobre Orçamento Familiar (1996/97–2022/23).

Nota: Percentagem da população em situação de pobreza por área de residência.

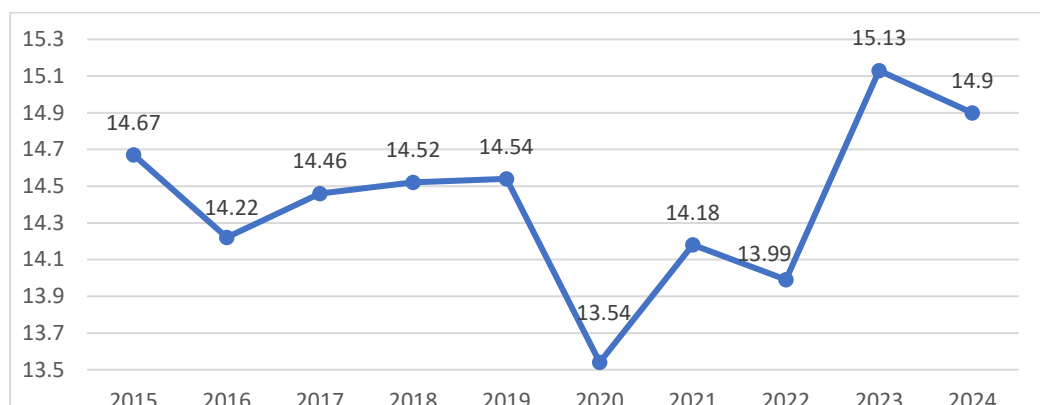
O gráfico acima mostra a evolução da taxa de pobreza em Moçambique entre 1996 e 2022. No gráfico, observa-se uma redução acentuada da pobreza entre 1996 e 2014, passando de 69,7% para 46,1%. Contudo, a partir de 2014 verifica-se uma inversão dessa tendência, com aumento significativo da pobreza para 68,2% em 2019, seguido de uma ligeira redução para 65% em 2022. Estas variações são explicadas por factores adversos, com destaque para os choques climáticos, como os ciclones Idai e Kenneth em 2019, o aumento dos preços dos alimentos no período entre 2016 e 2022 e a instabilidade causada pelo terrorismo no norte do país desde 2017, que afectaram negativamente as condições de vida das famílias (Governo de Moçambique, 2024).

Adicionalmente, ao nível das áreas de residência, observa-se que, até antes de 2019, a pobreza era mais elevada nas zonas rurais e mais baixa nas zonas urbanas. Em 2019, este padrão altera-se, com a pobreza urbana a ultrapassar a rural. Salvucci e Tarp (2024a), defendem que o aumento da pobreza em 2019/20 não se explica apenas pela COVID-19. Mesmo ao isolar o período pré-pandemia e excluir zonas afectadas por choques climáticos e conflito, o aumento da pobreza mantém-se, sugerindo que o aumento dos preços dos alimentos também teve um papel relevante na deterioração das condições de vida.

A inclusão financeira é considerada uma ferramenta que pode combater a pobreza, pois, segundo o Banco de Moçambique (2025a), ela desempenha um papel importante na educação dos moçambicanos sobre os benefícios da poupança, incentivando-os a poupar e a investir para o seu futuro. No entanto, de acordo com o Relatório do IOF 2022, só duas em cada dez pessoas possuíam uma conta em seu nome (seja em banco, microbanco ou conta/carteira móvel). Grande parte dos que possuem essas contas residem nas zonas urbanas (42,5%) e só cerca de 12,4% dos possuidores de contas residem nas zonas rurais o que sugere uma elevada desigualdade regional da inclusão financeira. Essa desigualdade revela-se também ao nível do gênero, pois a proporção de homens com conta é estimada em 27,4% e apenas 19,3% de mulheres são possuidoras de contas (INE, 2023). Não obstante e segundo o Banco de Moçambique (2025b), entre 2015 e 2024, o índice de inclusão financeira (IIF¹) global (inclui a cidade de Maputo) em Moçambique manteve-se relativamente estável, tal como ilustra o Gráfico (1.2), abaixo.

¹ O IIF é um indicador sintético que mede o nível de acesso e uso de serviços e produtos financeiros num determinado país, província ou região, sendo amplamente utilizado na literatura sobre inclusão financeira. A metodologia de cálculo do IIF encontra-se detalhada em *Desafios da Inclusão Financeira em Moçambique: Uma Abordagem do lado da Oferta* (2013).

Gráfico 1.2 Evolução do IIF Global, 2015-2024

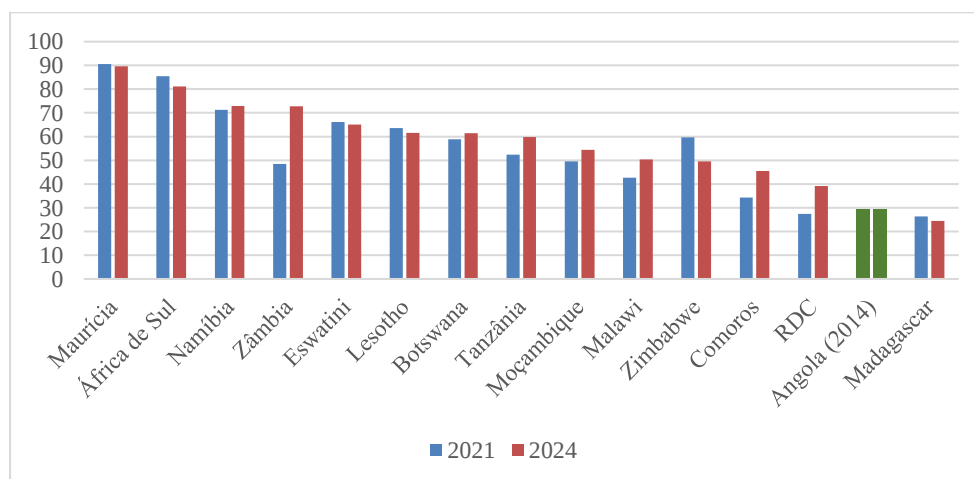


Fonte: Da autora com base em dados do Banco de Moçambique (2025b)

O gráfico acima mostra a evolução do IIF global em Moçambique entre 2015 e 2024. O mesmo mostra que o índice variou ao longo do período, atingindo o valor mais baixo em 2020 (13,54) e o valor mais elevado em 2023 (15,13), seguido de uma ligeira redução para 14,9 em 2024. Conforme o Banco de Moçambique (2024), a queda registada em 2020 reflecte os impactos negativos da pandemia de COVID-19 no acesso e utilização de serviços financeiros. A recuperação observada nos anos seguintes está associada à expansão dos serviços digitais e das contas móveis, o que indica progressos na inclusão financeira, embora com alguma oscilação recente.

Entretanto e segundo Maposa et al. (2019), apesar dos progressos alcançados, Moçambique permanece entre os países com menor nível de inclusão financeira no seio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community - SADC), tal como ilustra o Gráfico (1.3).

Gráfico 1.3 Percentagem da população (15 anos ou mais) que possui uma conta numa instituição financeira, ou junto de um provedor de serviços de dinheiro móvel



Fonte: Da autora com base em dados do Banco Mundial

O gráfico refere-se à inclusão financeira nos países da SADC. Ela mostra que a percentagem da população adulta (15 anos ou mais) com uma conta numa instituição financeira ou junto de um provedor de dinheiro móvel aumentou na maioria dos países da SADC entre 2021 e 2024, embora com diferenças marcantes entre eles. Por exemplo, em 2024, as Maurícias (89,6%) e a África do Sul (81,1%) apresentam os níveis mais elevados de inclusão financeira na região, tal como em 2021, situando-se muito acima da média de vários outros membros da SADC. A Zâmbia destaca-se pelo maior progresso, tendo aumentado de 48,5% para 72,7%, ultrapassando vários países que anteriormente apresentavam níveis semelhantes.

No caso de Moçambique, o gráfico mostra uma melhoria de 49,5% em 2021 para 54,4% em 2024, indicando avanços na inclusão financeira. Contudo, quando comparado com países como Botswana (61,4%), Tanzânia (59,8%), Namíbia (72,9%) e Zâmbia (72,7%), Moçambique ainda apresenta um nível relativamente mais baixo de acesso a contas financeiras.

Por outro lado, Moçambique encontra-se em melhor posição do que países como Malawi (50,4%), Comoros (45,5%), República Democrática do Congo (39,2%), Angola (29,3%) e Madagascar (24,5%), que apresentam percentagens inferiores de população com acesso a contas financeiras em 2024. Isso sugere que Moçambique situa-se acima de alguns países da região, apesar dos avanços registados, mas ainda abaixo de outros com níveis mais elevados de inclusão financeira. (UNW, 2024).

O padrão ilustrado no Gráfico (1.3) parece estar de acordo com a análise da Organização das Nações Unidas Mulheres (UNW, 2024), que indica que o acesso a contas financeiras na África Subariana permanece limitado e desigual. Segundo a UNW (2024), esta limitação e desigualdade na inclusão financeira pode estar associada a desafios comuns na região, como é o caso dos altos custos de abertura e manutenção de contas, barreiras documentais, limitações de infraestrutura e desigualdades socioeconómicas e de género.

1.2 Motivação

Segundo o Banco de Moçambique (2025a), o Governo de Moçambique reconhece o papel que a inclusão financeira tem no estímulo à poupança financeira e no financiamento à economia. Esta dinâmica contribui para a expansão da actividade económica, a geração de rendimento e a redução da pobreza, sobretudo nas zonas rurais, onde grande parte da população enfrenta limitações no acesso a serviços financeiros formais². Como resultado, promove-se o

² Serviços financeiros formais incluem serviços prestados por bancos, microbancos, instituições de microfinanças e outras instituições financeiras reguladas (Banco de Moçambique, 2023).

desenvolvimento económico, a redução das desigualdades sociais e a melhoria do bem-estar da população.

Apesar do crescente foco na inclusão financeira, ainda existe uma lacuna significativa na literatura sobre o seu impacto directo na redução da pobreza tanto no mundo como em Moçambique. Estudos como os de Ahmat-Tidjani (2025) e Tita e Aziakpono (2017), apresentados no Capítulo II deste estudo, concentram-se em países da África Subariana, mas não fornecem evidências específicas sobre a relação entre o acesso a serviços financeiros e a melhoria das condições de vida da população moçambicana.

Do ponto de vista teórico, o Banco de Moçambique (2024) defende que a inclusão financeira ajuda a criar condições para que pessoas singulares e colectivas tenham acesso a produtos e serviços financeiros seguros e acessíveis, promovendo a poupança, o financiamento da economia e a expansão da actividade económica, o que contribui para a geração de rendimento, a redução da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais e a melhoria do bem-estar geral da população. Assim sendo, a inclusão financeira pode ter um papel importante na redução da pobreza, especialmente num país como Moçambique, marcado por desigualdades regionais, baixos níveis de acesso financeiro nas zonas rurais e altos níveis de vulnerabilidade social.

Assim, a motivação académica deste estudo é compreender o impacto que a inclusão financeira pode ter na redução da pobreza em Moçambique, com foco nas zonas rurais, bem como na melhoria do bem-estar da população através do aumento do consumo, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas capazes de melhorar a inclusão financeira e as condições de vida da população moçambicana.

1.3 Problema de Pesquisa

Segundo Klapper et al. (2025), o mundo tem registado avanços significativos na inclusão financeira, impulsionados sobretudo pela expansão das contas de dinheiro móvel, com destaque para a África Subariana. Em Moçambique, por exemplo, entre a população que possui uma conta financeira, cerca de 97,5% utiliza carteira móvel, sendo 97,9% nas zonas rurais (INE, 2023). No entanto, uma parte significativa da pobre continua excluída do sistema financeiro formal³, especialmente em zonas rurais e entre grupos vulneráveis (Banco Mundial, 2024; Demirguc-Kunt et al., 2018).

³ O sistema financeiro formal é composto por instituições financeiras reguladas, como bancos e outras entidades autorizadas, que oferecem serviços financeiros sob supervisão legal. (Maposa et al., 2019)

Em Moçambique, apesar do aumento da percentagem de adultos com conta financeira, de 49,5% em 2021 para 54,4% em 2024, o acesso aos serviços financeiros permanece limitado, sobretudo nas áreas rurais e entre as mulheres, o que levanta dúvidas quanto à capacidade da inclusão financeira de contribuir efectivamente para a redução da pobreza no país (Klapper et al., 2025).

Segundo Beck et al. (2004) e Banco Mundial (2020), o acesso a serviços financeiros permite às famílias aumentar a sua capacidade de gerar rendimento, investir em actividades produtivas e gerir melhor choques adversos. No entanto, a pobreza continua a ser um dos problemas mais graves enfrentados pelo mundo. Apesar dos progressos registados entre 1990 e 2015, quando mais de um bilião de pessoas saíram da pobreza extrema, esse avanço sofreu uma inversão a partir de 2020, sobretudo devido à pandemia da COVID-19, conflitos e choques económicos e climáticos (Banco Mundial, 2024).

Segundo o Banco Mundial (2026), em termos globais, o número de pessoas a viver abaixo da linha de pobreza internacional de 3 USD⁴ por dia tem apresentado uma tendência ligeiramente decrescente (de 863 milhões em 2022 para cerca de 831 milhões em 2025). No entanto, este progresso tem sido desigual entre regiões e a África Subsariana continua a concentrar os níveis mais elevados de pobreza no mundo. Em 2022, cerca de 46,37% da população da região vivia abaixo da linha de pobreza internacional, correspondendo a aproximadamente 570 milhões de pessoas, e apesar de uma ligeira redução percentual prevista para 2025, o número absoluto de pobres permanece elevado (Banco Mundial, 2026). Esta realidade está associada à elevada vulnerabilidade da região a choques económicos, climáticos e sociais, bem como à limitada capacidade de resposta dos países mais pobres (Banco Mundial, 2024).

Em Moçambique, tal como em muitos países da África Subsariana, a pobreza mantém-se elevada e persistente. Em 2022, cerca de 81,4% da população vivia abaixo da linha de pobreza internacional de 3 USD por dia, um valor muito próximo ao registado em 2019/2020, indicando uma situação de estagnação na redução da pobreza (Osorio, 2025). Essa pobreza é mais acentuada nas zonas rurais, onde atinge cerca de 88,5% da população, em comparação com 67,7% nas áreas urbanas (Osorio, 2025). De acordo com o Banco Mundial (2025), esta persistência da pobreza está relacionada com o fraco crescimento económico, choques

⁴ Linha internacional de pobreza extrema actualizada em 2025 pelo Banco Mundial, substituindo a anterior de 2,15 USD.

sucessivos como crises climáticas, conflitos no norte do país, a pandemia da COVID-19 e constrangimentos macroeconómicos recentes.

Assim, o problema central deste estudo são as elevadas taxas da pobreza persistente nas áreas rurais de Moçambique, bem como as limitações ao bem-estar das famílias, medido pelo consumo per capita. A questão de pesquisa é: será que a inclusão financeira contribui para reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar nestas regiões? Ou seja, qual é o contributo da inclusão financeira na pobreza e no consumo per capita nas áreas rurais de Moçambique?

1.4 Fundamentação do Problema e a Relevância do Tema de Pesquisa

O problema deste estudo justifica-se porque, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2025), Moçambique apresenta um baixo nível de desenvolvimento humano, ocupando a 182^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2023. Em termos económicos, o país situa-se na 126^a posição em Produto Interno Bruto (PIB) a nível mundial (FMI, 2025). Neste sentido e segundo autores como Cunguara e Hanlon (2010), Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo. Essa pobreza resulta de um conjunto de factores estruturais, económicos, sociais e institucionais interligados. O fraco e instável crescimento económico reduz a produtividade, a criação de emprego e os salários reais, comprometendo as condições de vida da população (Ajakaiye e Adeyeye, 2001). Choques macroeconómicos, elevados níveis de endividamento e falhas de políticas económicas agravam esta situação, ao restringirem o investimento produtivo, o acesso ao crédito e o rendimento real dos trabalhadores (Ajakaiye e Adeyeye, 2001; Sanchez-Martinez & Davis, 2014). As deficiências do mercado de trabalho constituem outro determinante central da pobreza. A fraca expansão do emprego formal, os baixos salários e o predomínio do sector informal, caracterizado por baixa produtividade, conduzem ao desemprego, subemprego e rendimentos insuficientes, sobretudo entre mulheres e grupos marginalizados (Ajakaiye & Adeyeye, 2001; Bradshaw, 2007). O limitado desenvolvimento do capital humano, associado ao fraco acesso à educação e à saúde, reforça a pobreza ao reduzir a produtividade, o rendimento e a inclusão social, sendo que a relação entre pobreza e doença é bidireccional (Ajakaiye e Adeyeye, 2001; Ng et al., 2013). Factores institucionais e sociais, como a fraca governança, corrupção, discriminação e instabilidade política, são igualmente apontados como causas da pobreza por Bradshaw (2007), Ng et al. (2013) e Sanchez-Martinez e Davis (2014), na medida em que limitam a eficácia das políticas públicas e a distribuição equitativa de recursos, reduzindo o investimento e o crescimento económico. Estas limitações estruturais

reflectem-se em baixos rendimentos, exclusão social e elevada vulnerabilidade económica, com impactos negativos sobre o bem-estar social e o desempenho da economia.

Ainda no contexto das causas da pobreza, Brandt (1908) identifica dois tipos principais, nomeadamente, as causas internas à família e as causas externas à família. As causas internas à família estão associadas a laços familiares enfraquecidos, problemas morais, doença, acidentes ou à morte do provedor principal. As causas externas à família têm a ver com o desemprego involuntário, más condições sanitárias, ambientes degradantes, filantropia mal orientada⁵ e calamidades públicas. Estes factores aumentam a vulnerabilidade das famílias e ajudam a explicar a persistência da pobreza, sobretudo quando combinados com choques externos, como as mudanças climáticas que Hallegatte (2016) considera como um determinante crescente da pobreza, pois elas afectam directamente os meios de subsistência dos mais pobres e aumentam o risco de mais pessoas caírem na pobreza, especialmente em países vulneráveis como Moçambique.

Na actualidade, a inclusão financeira tem sido considerada como um instrumento de política pública com potencial para mitigar algumas das restrições que mantêm a pobreza. Segundo Demirguc-Kunt et al. (2018), o acesso a serviços financeiros pode impulsionar o desenvolvimento ao facilitar investimentos na saúde, educação e actividades produtivas, bem como uma melhoria na gestão de riscos e choques económicos, como a perda de emprego ou falhas agrícolas, que frequentemente empurram as famílias para a pobreza extrema.

No entanto, em Moçambique, a literatura sobre o impacto da inclusão financeira na pobreza é escassa. Até ao momento, não existem estudos que analisam especificamente esta relação no país. Os estudos realizados até agora em Moçambique abordam o papel da educação financeira na inclusão financeira (Ramos, 2023) e os desafios enfrentados pelas FinTechs⁶ na garantia da inclusão financeira (Mavundla, 2022), mas não analisam directamente o impacto da inclusão financeira na redução da pobreza. O Banco de Moçambique, por sua vez, calcula o IIF nos seus relatórios anuais, mas não relaciona estes dados com a evolução da pobreza em Moçambique.

Assim, pode-se afirmar que até à data ainda não existem estudos divulgados que utilizem métodos quantitativos ou econométricos para avaliar de forma empírica a relação entre a pobreza e a inclusão financeira no contexto moçambicano. A literatura internacional, como é

⁵ Filantropia mal orientada refere-se a formas de ajuda social que não respondem correctamente às necessidades da população e acabam por ter pouco impacto na redução dos problemas sociais.

⁶ FinTech refere-se à combinação entre finanças, tecnologia e inovação para melhorar os processos e serviços financeiros, podendo também originar novos modelos de negócio (Leong & Sung, 2018).

o caso dos estudos de Anas e Amiruddin (2017) e Kumar e Jie (2023), apresentam evidências de que o acesso a serviços financeiros pode contribuir para o aumento do rendimento e da resiliência das famílias bem como reduzir as desigualdades e a pobreza. Deste modo, este estudo visa preencher essa lacuna, ao explorar a ligação entre a inclusão financeira e a pobreza em Moçambique.

1.5 Objectivos do Estudo

O objectivo geral deste estudo é analisar o impacto da inclusão financeira na redução da pobreza nas áreas rurais de Moçambique. Os seus objectivos específicos são os seguintes:

- Verificar se a inclusão financeira contribui para a melhoria do bem-estar dos agregados familiares rurais em Moçambique.
- Estimar o impacto da inclusão financeira sobre o consumo per capita dos agregados familiares rurais em Moçambique.

1.6 Hipótese

As hipóteses deste estudo são as seguintes:

- H₁: A inclusão financeira contribui para a redução da pobreza nas áreas rurais em Moçambique.
- H₂: A redução da pobreza nas áreas rurais em Moçambique pode ser determinada por outros factores socioeconómicos menos a inclusão financeira.

1.7 Estrutura do Trabalho de Licenciatura

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos, nomeadamente, esta introdução como sendo o capítulo I, a revisão da literatura como capítulo II, a metodologia como capítulo III, a apresentação, análise e interpretação dos resultados como capítulo IV e, finalmente as conclusões e as recomendações como o capítulo V.

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

Nas secções que se seguem, descreve-se o enquadramento teórico de análise em termos da definição dos principais conceitos, principais teorias do estudo, relação entre a pobreza e a inclusão financeira, bem como modelização da relação entre a pobreza e a inclusão financeira. São também apresentados alguns estudos anteriores relacionados bem como a avaliação crítica da literatura revista.

2.1 Definição de Conceitos

Os principais conceitos do estudo a serem definidos são: inclusão financeira, pobreza e consumo familiar.

O Banco de Moçambique (2016) define a inclusão financeira como sendo o processo de conhecimento, acesso e uso efectivo de produtos e serviços financeiros, fornecidos por instituições reguladas, contribuindo para o aumento da qualidade de vida e bem-estar social. Ozili (2018) define inclusão financeira como sendo a provisão de acesso a serviços financeiros para todos os membros da população, particularmente os pobres e outros grupos excluídos. Para Dev (2006), a inclusão financeira é a prestação de serviços bancários a um custo acessível para vastas camadas da população desfavorecida e de baixo rendimento.

A inclusão financeira pode também ser definida na óptica de Sarma (2016) e Mohan (2006). Assim, Sarma define a inclusão financeira como sendo um processo que assegura a facilidade de acesso, disponibilidade e utilização do sistema financeiro formal por todos os membros de uma economia enquanto que Mohan define a inclusão financeira como sendo o acesso efectivo de todos os segmentos da sociedade a produtos e serviços financeiros apropriados, de baixo custo, justos e seguros, providos por instituições formais.

É notável que a literatura existente, apesar de descrever a inclusão financeira de formas diferentes, converge na ideia de que ela é o processo que garante a todas pessoas, especialmente às de baixo rendimento, acesso e uso efectivo de serviços financeiros, e é esta concepção a ser adoptada neste estudo.

Quanto ao conceito de pobreza, Ajakaiye e Adeyeye (2001) defendem que não existe uma resposta única e definitiva para a definição da pobreza. No entanto, os autores consideram que o pensamento actual permite algumas simplificações. Assim, em primeiro lugar, a pobreza pode ser entendida como um problema ao nível individual, e não apenas do agregado familiar. Em segundo lugar, o rendimento ou acesso a alimentos são as medidas mais utilizadas para a sua avaliação. Por fim, há um consenso de que a pobreza não é estática. As pessoas entram e

saem dela ao longo do tempo, sendo influenciadas por choques sazonais, cíclicos ou estocásticos, o que torna fundamental considerar essa dinâmica tanto na sua definição quanto na sua medição (Ajakaiye e Adeyeye, 2001).

No contexto moçambicano e no âmbito do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) 2001-2005, o Governo de Moçambique (2001) define a pobreza como sendo a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade. Ela existe quando as pessoas são privadas de oportunidades de trabalhar, de aprender, de viver uma vida saudável e plena, e de passar os anos de reforma com segurança (Gordon, 2006). Sen (2000) encara a pobreza como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixo rendimento. A privação de capacidades elementares pode manifestar-se através de mortalidade prematura, subnutrição significativa (especialmente entre crianças), morbilidade persistente, analfabetismo generalizado e outras falhas (Sen, 2000).

No que respeita ao conceito de consumo familiar, Madudova e Corejova (2023) sublinham que o consumo do agregado familiar reflecte o comportamento de gastos das famílias e o seu poder de compra, constituindo uma das medidas mais importantes da actividade económica, na medida em que representa o montante gasto pelos agregados em bens e serviços, seja de consumo de longa ou curta duração, em habitação e em serviços públicos. Numa perspectiva mais abrangente, Hone e Marisennayya (2019) acrescentam que o consumo é a componente mais importante da contabilidade do rendimento nacional e da procura agregada, sendo a actividade económica final da qual depende o bem-estar da economia. Os autores definem a despesa de consumo do agregado familiar como o valor de mercado de todos os bens e serviços adquiridos pelos agregados para satisfazer as suas necessidades, incluindo bens duráveis e não duráveis, excluindo a compra de habitação mas incluindo a renda imputada para habitações próprias. Do ponto de vista da medição do bem-estar e da pobreza, Deaton e Zaidi (2002) argumentam que existe um amplo consenso sobre a utilização do agregado de consumo como indicador dos padrões de vida, sendo amplamente utilizado para medir a pobreza e analisar mudanças nas condições de vida ao longo do tempo. O Banco Mundial (2022) reforça esta perspectiva, destacando que os agregados de consumo captam tipicamente a despesa dos agregados familiares num conjunto de itens ao longo de um determinado período, incluindo alimentos comprados, produzidos pelo próprio agregado, trocados ou recebidos como oferta, bem como bens não alimentares como vestuário, habitação e o valor de uso de bens de consumo duráveis.

Para este estudo, adopta-se a definição de inclusão financeira proposta por Sarma (2016), por apresentar uma abordagem multidimensional que integra o acesso, a disponibilidade e o uso efectivo dos serviços financeiros, permitindo uma análise mais adequada da inclusão financeira no contexto moçambicano. A definição de pobreza de Sen (2000) é utilizada por compreender a pobreza como uma privação de capacidades básicas, indo além do rendimento e possibilitando uma análise mais abrangente do bem-estar da população. A definição de consumo familiar adoptada neste estudo baseia-se na abordagem de Deaton e Zaidi (2002) e do Banco Mundial (2022), segundo a qual o consumo do agregado familiar é utilizado como indicador do bem-estar das famílias, reflectindo o valor dos bens e serviços efectivamente consumidos.

2.2 Principais Teorias

2.2.1 Teorias Sobre a Inclusão Financeira

A literatura teórica do estudo assenta fundamentalmente sobre as questões da inclusão financeira e pobreza. Ao nível da inclusão financeira, Ozili (2020) é considerado um dos primeiros autores a desenvolver teorias sobre inclusão financeira na literatura académica e de políticas públicas. As suas teorias propostas dividem-se em três categorias, nomeadamente, a teoria dos beneficiários da inclusão financeira, a teoria do financiamento da inclusão financeira e a teoria da prestação de serviços de inclusão financeira.

Na teoria dos beneficiários da inclusão financeira, Ozili (2020) destaca que não há consenso sobre quem beneficia da inclusão financeira, pois os benefícios podem atingir diferentes grupos, como os pobres, as mulheres, a economia e o sistema financeiro, além de outros grupos frequentemente ignorados. Nesta teoria é possível encontrar quatro subcategorias, nomeadamente, a teoria do bem público, a teoria de insatisfação, a teoria dos grupos vulneráveis e a teoria dos sistemas.

A teoria do bem público argumenta que a inclusão financeira deve ser tratada como um bem público, acessível a todos, sem exclusão. Isto quer dizer que é difícil excluir indivíduos do seu acesso e que a utilização por uma pessoa não reduz a disponibilidade para outras. Assim, todos beneficiam da inclusão financeira, e o Estado pode subsidiar serviços ou apoiar instituições para ampliar o acesso. No entanto, segundo Kamal et al. (2021), Mhlanga (2022b) e Ozili (2020) a teoria não resolve necessariamente a exclusão estrutural e depende de financiamento público.

A teoria de insatisfação sustenta que a inclusão financeira deve, em primeiro lugar, focar-se em indivíduos que já participaram no sector formal, mas que devido a experiências negativas

ou insatisfação retiram-se desse sector, isso porque a participação desses indivíduos facilita a reintegração, reduz a exclusão voluntária e não depende de financiamento público (Kamal et al., 2021; Ozili, 2020).

A teoria dos grupos vulneráveis defende que a inclusão financeira deve focar nos membros mais afectados por dificuldades económicas, como pobres, jovens, mulheres e idosos (Kamal et al., 2021; Omojolaibi et al., 2019; Ozili, 2020). Nesse sentido, políticas como transferências sociais depositadas em contas formais, expansão dos serviços financeiros móveis e estratégias nacionais de inclusão financeira podem incentivar esses grupos a utilizar o sistema financeiro formal, aumentando assim os níveis de inclusão financeira (Mhlanga, 2022b).

Por fim, a teoria dos sistemas afirma que os resultados da inclusão financeira são alcançados através dos sistemas existentes (económicos, sociais ou financeiros) e que, consequentemente, uma maior inclusão financeira gera benefícios positivos para os próprios sistemas em que se apoia (Ozili, 2020).

A teoria de financiamento da inclusão financeira destaca a questão de quem deve financiar as despesas da inclusão financeira destinada à população. Para esta categoria, Ozili (2020) apresenta três perspectivas teóricas de financiar a inclusão financeira, nomeadamente, o financiamento privado, o financiamento público e o financiamento interventivo.

A perspectiva do financiamento privado defende que a inclusão financeira deve ser financiada com recursos privados porque os financiadores privados exigem prestações de contas e asseguram a utilização eficiente dos fundos, e garantem que os produtos e serviços financeiros chegam efectivamente à população financeiramente excluída.

A perspectiva do financiamento público, por sua vez, sustenta que a inclusão financeira deve ser financiada com recursos públicos, provenientes do orçamento do Estado, uma vez que o custo de mobilização de fundos é relativamente baixo e permite apoiar programas e infraestruturas que ampliem o acesso aos serviços financeiros formais (Mhlanga, 2022d; Ozili, 2020).

Por último, a perspectiva do financiamento interventivo defende que a inclusão financeira pode ser financiada por fundos especiais, em vez de depender do orçamento público. Esses fundos podem vir de filantropos, ONGs⁷ ou governos estrangeiros, que escolhem voluntariamente os projectos a apoiar (Ozili, 2020). Mhlanga (2022d) argumenta que estas

⁷ Organizações Não Governamentais

diferentes fontes de financiamento podem actuar de forma conjunta, aproveitando as tecnologias digitais e serviços financeiros móveis para fortalecer a inclusão financeira.

A última categoria teórica de Ozili (2020) é a categoria da prestação de serviços de inclusão financeira. Nesta teoria, ele afirma que os serviços financeiros requerem agentes específicos, sejam estes o governo, o sector privado, as ONG's ou instituições financeiras, para alcançar a população excluída. Para explorar esta abordagem, Ozili (2020) apresenta cinco perspectivas. As perspectivas da comunidade Echelon, serviços públicos, agente especializado, intervenção colaborativa e, a literacia financeira.

A perspectiva da comunidade Echelon sustenta que a inclusão financeira deve ser entregue à população excluída através dos líderes comunitários, pois estes são respeitados e influentes dentro das suas comunidades. Eles têm a capacidade de influenciar decisões que melhoram o bem-estar da comunidade (Bonjean e Olson, 1964; Kamal et al., 2021; Ozili, 2020; Rossi, 1957).

A teoria de serviço público defende que a inclusão financeira é uma responsabilidade pública, em que o governo deve disponibilizar serviços financeiros a toda a população, incluindo os grupos excluídos, através das instituições públicas (Kamal et al., 2021; Ozili, 2020).

A teoria do agente especializado defende que a inclusão financeira deve ser entregue à população excluída através de agentes especializados, que compreendam as particularidades das comunidades, os sistemas financeiros informais locais e a geografia. O agente actua junto do governo ou organizações estrangeiras para integrar a população excluída no sistema financeiro formal (Kamal et al., 2021; Ozili, 2020).

A teoria de intervenção colaborativa defende que a inclusão financeira deve ser alcançada através de intervenção colaborativa de múltiplos stakeholders, cujo esforço conjunto visa integrar a população excluída nos serviços financeiros formais. Nesta teoria, há a promoção de uma abordagem multi-stakeholder e a satisfação dos colaboradores por contribuírem para um projecto público (Ozili, 2020).

Por fim, a teoria da literacia financeira defende que a inclusão financeira deve ser promovida através da educação financeira, aumentando a literacia financeira da população. A literacia financeira é considerada um factor crucial, pois aumenta a predisposição das pessoas para participar no sector financeiro formal. Os programas de literacia financeira promovem auto-suficiência financeira, incluindo gestão de orçamento, poupança e planeamento futuro, sendo também uma estratégia custo-efectiva para governos com fundos limitados (Mhlanga, 2022c; Ozili, 2020).

2.2.2 Teorias Sobre a Pobreza

Ao nível da pobreza, Sanchez-Martinez e Davis (2014) analisam como diferentes correntes do pensamento económico interpretam as suas causas e mecanismos. Os autores destacam as abordagens clássica, neoclássica, keynesiana e marxista. Para além destas abordagens, Bradshaw (2007) apresenta cinco teorias da pobreza, que procuram explicar este fenómeno a partir de diferentes dimensões. Estas teorias consideram factores individuais, culturais, económicos, políticos, sociais e geográficos, bem como as interligações entre eles. A primeira teoria é a teoria da deficiência individual, a segunda é a teoria das crenças culturais, a terceira é a chamada das distorções ou discriminações económicas, políticas e sociais, a quarta teoria é a teoria da disparidade geográfica e, finalmente a quinta teoria é a teoria das interdependências cumulativas e cíclicas.

A escola clássica do pensamento económico explica a origem da pobreza sobretudo a partir de factores individuais e comportamentais. De acordo com Mhlanga (2022f), as principais explicações nesta perspectiva incluem a abordagem da teoria individualista e a teoria da cultura da pobreza. Segundo Bradshaw (2007), a teoria da deficiência individual sustenta que a pobreza resulta de falhas ou limitações individuais, como falta de esforço, más escolhas ou ausência de determinadas capacidades, responsabilizando os indivíduos pela sua própria situação. Sanchez-Martinez e Davis (2014) afirmam que a pobreza é consequência de decisões individuais que afectam negativamente a produtividade, considerando também a intervenção do Estado como potencial fonte de ineficiência económica.

Ao nível da teoria do sistema de crenças culturais, Bradshaw (2007) defende que esta teoria vê a pobreza como resultado da transmissão intergeracional de valores, normas e crenças em contextos de exclusão social, formando uma “cultura de pobreza” que limita a capacidade das pessoas de aproveitarem novas oportunidades. Assim, os comportamentos e preferências associados à pobreza podem perpetuar-se de geração em geração, seja por factores genéticos, seja através da educação e do processo de socialização.

Sobre a teoria neoclássica da pobreza, Sanchez-Martinez e Davis (2014) referem que as desigualdades nos rendimentos resultam de dotações iniciais desiguais de talentos, competências e capital. Nesta perspectiva, a pobreza é geralmente analisada em termos de consumo derivado do rendimento corrente, privilegiando-se a eficiência económica em relação à igualdade. Os autores acima em referência defendem ainda que, a posse de activos permite amortecer flutuações de rendimento e reduzir a vulnerabilidade económica, enquanto que o acesso ao crédito e aos mecanismos de poupança facilita a acumulação de recursos e o fortalecimento do capital humano. Além das desigualdades individuais, certos grupos

apresentam maior vulnerabilidade, como minorias étnicas e imigrantes, pessoas com baixa saúde, indivíduos mais velhos, famílias monoparentais e aqueles sem acesso a serviços de cuidados infantis (Sanchez-Martinez e Davis, 2014). Por outro lado, com base na teoria das distorções ou discriminações económicas, políticas e sociais, Bradshaw (2007) defende que o funcionamento dos sistemas económico, político e social pode limitar o acesso das pessoas a oportunidades e recursos necessários para alcançar rendimento e bem-estar, contribuindo assim para a persistência da pobreza mesmo quando existem capacidades individuais. Assim, Bradshaw (2007) e Sanchez-Martinez e Davis (2014) reconhecem que as desigualdades no acesso a recursos e às oportunidades desempenham um papel importante na explicação da pobreza.

Segundo Mhlanga (2022e), o pensamento keynesiano explica a pobreza sobretudo a partir de factores macroeconómicos e estruturais, destacando o papel das políticas públicas, das condições do mercado de trabalho e das circunstâncias económicas adversas como crises económicas e elevados níveis de desemprego. Nesta perspectiva, o desemprego é considerado um dos principais determinantes da pobreza, pois priva os indivíduos do rendimento necessário para satisfazer as suas necessidades básicas. De forma semelhante, Sanchez-Martinez e Davis (2014) defendem que a pobreza resulta de falhas de mercado e de um subdesenvolvimento generalizado em várias dimensões, sendo necessária a intervenção do Estado através de políticas fiscais e monetárias, investimento público, promoção da educação e criação de emprego para estimular o crescimento económico e reduzir a pobreza. Por meio da teoria das interdependências cumulativas e cíclicas, Bradshaw (2007) argumenta que a pobreza pode assumir a forma de um processo em espiral, no qual problemas como desemprego, baixo rendimento, fraca poupança e reduzido investimento se reforçam mutuamente ao longo do tempo, dificultando a superação do ciclo de pobreza. Assim, estas abordagens convergem ao reconhecer que a pobreza está associada a dinâmicas económicas e estruturais que exigem intervenção pública para promover o emprego, o crescimento económico e melhores condições de vida.

Sanchez-Martinez e Davis (2014) defendem que a teoria marxista da pobreza entende a pobreza como resultado do funcionamento do sistema capitalista e da divisão de classes sociais. Segundo Sanchez-Martinez e Davis, o capitalismo mantém salários baixos através do “exército

industrial de reserva de desempregados”⁸, beneficiando o capital em detrimento dos trabalhadores.

Ainda segundo Sanchez-Martinez e Davis (2014), a análise marxista centra-se em factores estruturais, como a segmentação do mercado de trabalho em sectores primário e secundário. Ela enfatiza também a necessidade de intervenção do Estado, através de políticas como salário mínimo, combate à discriminação e mitigação das externalidades ambientais que afectam os mais pobres. A explicação da abordagem marxista feita por Sanchez-Martinez e Davis (2014) é reforçada por Mhlanga (2022a) ao defender que a pobreza é consequência de desigualdades estruturais criadas pelo capitalismo, incluindo barreiras sistémicas, discriminação social, acesso desigual a recursos, degradação ambiental e concentração de riqueza nos grupos dominantes, o que mostra que a pobreza é essencialmente produzida e mantida estruturalmente.

Finalmente, a teoria da disparidade geográfica de Bradshaw (2007) assenta numa dimensão territorial da análise ao mostrar que indivíduos, instituições e culturas localizadas em determinadas regiões enfrentam limitações estruturais como a escassez de recursos e fraca capacidade de influência política, o que dificulta o acesso a políticas públicas, investimentos e oportunidades económicas. Essas dificuldades enfrentadas pelos indivíduos reforçam a persistência da pobreza em determinadas áreas, como é o caso das zonas rurais em Moçambique, que são o objecto deste estudo.

2.3 Relação Teórica entre a Inclusão Financeira e a Pobreza

Ao nível da literatura económica, não existe uma teoria única que estabeleça uma relação directa entre a inclusão financeira e a pobreza. No entanto, diversas abordagens teóricas ajudam a explicar essa relação de forma indirecta e complementar.

Bradshaw (2007), que entende a pobreza como um fenómeno multidimensional resultante de factores económicos, sociais e institucionais interligados, considera que a exclusão financeira constitui uma limitação estrutural que reforça os ciclos cumulativos da pobreza, ao restringir o acesso a crédito, poupança e mecanismos de protecção contra choques económicos. A inclusão financeira pode, assim, contribuir para quebrar esses ciclos.

Sanchez-Martinez e Davis (2014) destacam que o acesso a rendimento, activos e oportunidades produtivas é central na explicação económica da pobreza, sendo que a inclusão

⁸ Grupo de trabalhadores desempregados ou subempregados que estão disponíveis para trabalhar e que contribuem para a pressão sobre os salários no mercado de trabalho.

financeira constitui um instrumento que pode facilitar a acumulação de activos, melhorar a gestão do rendimento e reduzir a vulnerabilidade económica como elementos presentes tanto nas abordagens neoclássica como keynesiana.

A teoria do crescimento endógeno, desenvolvida por Lucas (1988) e Romer (1986), sustenta que o crescimento económico depende de factores internos, como investimento e acumulação de conhecimento. Nesta ordem de ideias, pode-se afirmar que a inclusão financeira actua como intermediária nesse processo, ao reduzir restrições financeiras e permitir investimentos em educação, saúde e actividades produtivas, contribuindo indirectamente para a redução da pobreza.

De forma complementar, a teoria do capital humano, proposta por Becker (1962) e Schultz (1961), afirma que os investimentos em educação e qualificação aumentam a produtividade e o rendimento ao longo do tempo. Com base nesses pressupostos, pode-se deduzir que o acesso a serviços financeiros facilita esses investimentos e reduz a probabilidade de permanência na pobreza.

A hipótese do rendimento absoluto, associada a Keynes (1936), estabelece que quanto maior o rendimento, maior o consumo e melhor o bem-estar. Nesta perspectiva, pode-se deduzir que a inclusão financeira contribui para este resultado ao facilitar a gestão do rendimento, estimular a poupança e ampliar o acesso a oportunidades económicas, reduzindo assim a probabilidade de permanência na pobreza.

Por fim, Ozili (2020) afirma ainda que a inclusão financeira gera efeitos positivos nos sistemas económico e social. As teorias dos grupos vulneráveis, dos sistemas e da literacia financeira destacam que o acesso orientado a serviços financeiros, aliado à educação financeira, aumenta a capacidade dos indivíduos de gerir recursos e reduzir vulnerabilidades económicas.

De forma intuitiva, pode-se perceber que a inclusão financeira e a pobreza estão ligadas uma vez que quanto maior for o acesso das pessoas a serviços financeiros, maior a sua capacidade de gerir recursos e reduzir vulnerabilidades económicas. Parte dos estudos apresentados na revisão da literatura confirmam esta relação, mostrando que, em determinados contextos, a expansão da inclusão financeira tem vindo a reduzir os níveis de pobreza.

2.4 Modelização da Relação entre Inclusão Financeira e Pobreza

Diversos autores empregaram diferentes modelos econométricos para estabelecer a relação entre inclusão financeira e pobreza, adaptando-os ao contexto e aos dados disponíveis em cada país. Cada abordagem procura estimar o efeito da inclusão financeira sobre indicadores de pobreza.

Tita e Aziakpono (2017), usando dados seccionais do World Bank Global Findex (2011)⁹, estimaram uma regressão seccional com o objectivo de analisar o efeito da inclusão financeira sobre a desigualdade de rendimento na África Subsariana. O modelo adoptado é representado pela seguinte equação:

$$\text{Log } Gini_i = \alpha + \beta_1 \text{ Inclusão Financeira}_i + \beta_2 \text{ Controlo}_i + \varepsilon_i \quad (2.1)$$

Onde, *Log Gini* representa a desigualdade de rendimento. Os autores utilizam como indicadores de inclusão financeira a posse de conta, uso de conta para negócios, pagamentos electrónicos, empréstimos formais, empréstimos para propinas escolares, seguro de saúde e poupança formal.

Anas e Amiruddin (2017) utilizaram dados em painel de 31 províncias da Indonésia (2005–2013), estimando uma regressão linear múltipla usando MQO com o objectivo de analisar o efeito da inclusão financeira e da desigualdade de rendimento sobre a pobreza, usando a seguinte modelização econométrica:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{1it} + \beta_2 X_{2it} + \varepsilon_{it} \quad (2.2)$$

Onde, *Y* representa o número de pobres, os subscritos *i* e *t* representam a província e o período de tempo, respectivamente, *X₁* a inclusão financeira e *X₂* a desigualdade de rendimento.

Apeverga (2025) utilizou dados em painel sobre agregados familiares rurais da Nigéria e estimou um modelo de efeitos aleatórios para analisar o impacto do acesso financeiro sobre o bem-estar dos agregados familiares, usando a seguinte modelização econométrica:

$$HW_{it} = \alpha + X_{it}\beta + u_i + v_{it} \quad (2.3)$$

Onde, *HW* representa o bem-estar do agregado familiar, medido pelo consumo dos agregados familiares; os subscritos *i* e *t* representam o agregado familiar e o período de tempo, respectivamente; *X* representa o conjunto de variáveis explicativas, incluindo acesso financeiro, rendimento do agregado, dimensão do agregado familiar, acesso a telefone e internet, remessas, tamanho da terra, região geopolítica e características do chefe do agregado; *u* o efeito aleatório específico de cada agregado familiar; e *v* o termo de erro idiossincrático.

As modelagens acima apresentadas baseiam-se em dados em painel e seccionais. No caso de Moçambique, contudo, existem limitações na aplicação de modelos em painel ou de séries temporais, devido à falta de dados regionais e à escassez de séries temporais contínuas. Por esse motivo, este estudo faz uma abordagem em linha com a abordagem adoptada por Tita e Aziakpono (2017).

⁹ Base de dados global do Banco Mundial sobre inclusão financeira.

Os dados seccionais permitem analisar, num determinado momento, a relação entre a inclusão financeira e a pobreza, capturando as diferenças existentes entre os agregados familiares. Não são utilizados dados de séries temporais porque não existe uma sequência contínua e comparável de dados individuais para as variáveis de interesse. Além disso, o IOF é geralmente realizado de 5 em 5 anos, o que impede a construção de uma série temporal consistente. Também não são utilizados dados em painel, uma vez que o IOF não acompanha os mesmos indivíduos ao longo do tempo, sendo um inquérito transversal que fornece apenas uma fotografia da situação em cada ano. Dessa forma, os dados seccionais constituem a opção mais adequada para este estudo.

Assim, neste trabalho, será adoptada uma modelização de regressão linear múltipla (MRLM), estimado pelo método dos MQO para analisar o efeito da inclusão financeira sobre o consumo per capita dos agregados familiares nas zonas rurais, como medida de bem-estar.

2.5 Estudos Empíricos

Ao longo dos anos, vários estudos foram realizados com o fim de analisar o impacto da inclusão financeira na redução da pobreza e no bem-estar dos agregados familiares, encontrando-se resumidos no Apêndice A.

Na Indonésia, Anas e Amiruddin (2017) utilizaram dados em painel de 31 províncias da Indonésia para o período de 2005 a 2013 e estimaram uma regressão linear múltipla pelo método dos MQO. Os autores concluíram que a inclusão financeira reduz significativamente a pobreza, embora a desigualdade de rendimento reduza esse efeito positivo. Apesar de o estudo não se restringir às zonas rurais, a análise provincial inclui regiões com diferentes níveis de urbanização.

Tita e Aziakpono (2017) chegaram a conclusões distintas ao analisarem o efeito da inclusão financeira sobre a desigualdade de rendimento na África Subsariana, utilizando dados seccionais do Global Findex de 2011. Ao contrário de Anas e Amiruddin (2017), que encontraram um efeito positivo da inclusão financeira sobre a pobreza, Tita e Aziakpono (2017) concluíram que a inclusão financeira beneficia sobretudo os segmentos menos pobres da população, aumentando a desigualdade de rendimento. Segundo os autores, os grupos mais vulneráveis continuam excluídos do crédito formal devido a assimetrias de informação e risco moral. Esta conclusão é particularmente relevante para as zonas rurais africanas, onde o acesso a serviços financeiros formais permanece limitado.

Abimbola et al. (2018) analisaram o caso da Nigéria utilizando dados de séries temporais para o período de 1992 a 2016 e estimaram o modelo pelo método MQO. Diferentemente de

Tita e Aziakpono (2017), os autores concluíram que a expansão dos serviços financeiros móveis e bancários contribui para a redução da pobreza, sobretudo entre a população não bancarizada. Este resultado aproxima-se das conclusões de Anas e Amiruddin (2017), reforçando a ideia de que a inclusão financeira pode melhorar as condições de vida da população.

Yue et al. (2022) introduziram uma perspectiva distinta ao analisarem o efeito das finanças digitais sobre o consumo e o endividamento dos agregados familiares na China. Os autores utilizaram dados do China Household Finance Survey¹⁰ de 2015 e 2017 e estimaram um modelo de efeitos fixos com variáveis instrumentais (MQ2E¹¹). Os resultados mostraram que o crédito digital aumenta o consumo no curto prazo, mas eleva o risco de sobre-endividamento no médio e longo prazo. Ao contrário de Anas e Amiruddin (2017) e Abimbola et al. (2018), que identificaram efeitos predominantemente positivos da inclusão financeira, Yue et al. (2022) alertam para possíveis efeitos negativos sobre o bem-estar dos agregados familiares.

Kumar e Jie (2023) realizaram um dos estudos mais abrangentes da literatura, utilizando dados em painel de 156 países em desenvolvimento para o período de 2004 a 2018 e estimando um modelo de efeitos fixos em duas etapas. Os autores concluíram que a inclusão financeira reduz a pobreza sobretudo quando mulheres e grupos vulneráveis têm acesso efectivo a serviços financeiros formais. Contudo, esse efeito diminui em países com elevada desigualdade e fraca qualidade institucional. Esta conclusão complementa os resultados de Anas e Amiruddin (2017) e Abimbola et al. (2018), ao mostrar que o impacto positivo da inclusão financeira depende também de factores institucionais e sociais. Além disso, aproxima-se da perspectiva crítica de Tita e Aziakpono (2017), ao reconhecer que nem todos os grupos beneficiam igualmente da expansão financeira.

Entre os estudos mais próximos do presente trabalho destaca-se Apeverga (2025), que utilizou microdados de agregados familiares rurais da Nigéria provenientes do Nigeria General Household Survey Panel¹². O autor estimou um modelo de efeitos aleatórios utilizando o consumo per capita como variável dependente e a posse de conta bancária como indicador de inclusão financeira. Os resultados mostraram que a inclusão financeira melhora significativamente o consumo per capita dos agregados familiares rurais. Este estudo é

¹⁰ Inquérito às Finanças dos Agregados Familiares da China.

¹¹ Mínimos Quadrados em Dois Estágios

¹² Painel do Inquérito Geral aos Agregados Familiares da Nigéria.

particularmente relevante para o presente trabalho por se focar em zonas rurais e utilizar o consumo per capita como medida de bem-estar.

Por fim, Ahmat-Tidjani (2025) analisou o efeito da inclusão financeira sobre o consumo per capita em 28 países da África Subsariana no período de 2004 a 2022, utilizando um modelo de painel dinâmico com limiar endógeno¹³. Os resultados mostraram que a inclusão financeira aumenta o consumo per capita apenas quando o nível de remessas se encontra abaixo de um determinado limiar. Acima desse valor, o efeito torna-se nulo. Diferentemente de estudos como Abimbola et al. (2018), Anas e Amiruddin (2017) e Apeverga (2025), que identificaram efeitos positivos mais generalizados, Ahmat-Tidjani (2025) demonstra que os impactos da inclusão financeira dependem das condições macroeconómicas e das características específicas dos agregados familiares. Esta conclusão reforça a ideia de que os benefícios da inclusão financeira não são automáticos nem universais.

2.6 Avaliação Crítica da Literatura Revista

A literatura sobre inclusão financeira e pobreza mostra de forma geral que o acesso a serviços financeiros tende a melhorar o bem-estar dos agregados familiares e a reduzir a pobreza. No entanto, os resultados não são totalmente uniformes e dependem muito do contexto estudado, dos dados utilizados e da forma como os modelos são estimados.

Uma primeira limitação comum é o tipo de dados usados. Muitos estudos recorrem a dados agregados ou em painel, como Anas e Amiruddin (2017) e Kumar e Jie (2023), o que permite analisar tendências mais gerais, mas não capta bem a realidade dos indivíduos, especialmente nos contextos rurais. Isto reduz a capacidade de tirar conclusões directas para países como Moçambique, onde existem fortes diferenças entre zonas urbanas e rurais.

Outra limitação está relacionada com a metodologia. Estudos baseados em regressões por MQO são de fácil interpretação, mas podem não captar plenamente a relação entre as variáveis quando existem factores não observados que influenciam simultaneamente a inclusão financeira e os resultados de bem-estar. Por outro lado, métodos mais avançados permitem uma análise mais robusta, mas dependem de dados mais detalhados, muitas vezes indisponíveis em países em desenvolvimento.

Os resultados também não são totalmente consistentes. Enquanto vários estudos encontram efeitos positivos da inclusão financeira sobre a pobreza ou consumo, como é o caso

¹³ Modelo econométrico que permite identificar efeitos diferentes consoante um determinado nível crítico de uma variável.

de Abimbola et al. (2018), Anas e Amiruddin (2017) e Apeverga (2025), outros mostram que esses efeitos podem ser limitados ou até negativos em alguns contextos. Por exemplo, Tita e Aziakpono (2017) mostram que a inclusão financeira pode aumentar a desigualdade, beneficiando mais os grupos menos pobres. Outros estudos, como Yue et al. (2022), alertam ainda para riscos como o sobre-endividamento quando o acesso ao crédito não é acompanhado de educação financeira adequada.

Os efeitos da inclusão financeira não são automáticos nem iguais em todos os contextos, dependendo do nível de desenvolvimento institucional, do tipo de serviço financeiro e da capacidade das famílias em utilizá-los de forma produtiva. Existe, por isso, uma lacuna na literatura para o caso de Moçambique, sobretudo nas zonas rurais, onde ainda há poucos estudos com microdados recentes de agregados familiares. Assim, este estudo procura contribuir para essa lacuna, usando dados do IOF 2022/2023 para analisar de forma mais directa a relação entre inclusão financeira e bem-estar dos agregados familiares rurais.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Nas secções que se seguem, especifica-se o modelo econométrico, formulam-se as hipóteses a testar, apresentam-se os procedimentos de estimação e descrevem-se os dados de análise e respectivas fontes.

3.1 Especificação do Modelo Econométrico

Para atingir os objectivos específicos deste estudo, nomeadamente verificar se a inclusão financeira contribui ou não para a redução da pobreza em áreas rurais de Moçambique e estimar o impacto da inclusão financeira sobre o consumo per capita dos agregados familiares rurais em Moçambique, foi estimado um modelo econométrico com a seguinte especificação:

$$\ln\text{Consumo}_{pc_i} = \beta_0 + \beta_1 IF_i + \beta_2 \text{Sexo}_i + \beta_3 \ln\text{TamAF}_i + \beta_4 \ln\text{Educ}_i + \beta_5 \ln\text{Activos}_i + \varepsilon_i \quad (3.1)$$

Onde o consumo_{pc_i} representa o consumo total diário do agregado familiar dividido pelo número de membros do agregado. O subscrito i ($= 1, \dots, n$) refere-se a cada agregado familiar incluído no inquérito. Os parâmetros β_j ($j = 0, \dots, k$) são os coeficientes do modelo a estimar. A variável IF é uma dummy de inclusão financeira, que assume o valor 1 se pelo menos um membro do agregado familiar possui uma conta financeira activa, seja num banco tradicional ou numa carteira móvel, e 0 caso contrário. As restantes variáveis correspondem às características socioeconómicas do agregado familiar utilizadas como variáveis de controlo. Sexo_i representa o sexo do chefe do agregado familiar; TamAF_i corresponde ao tamanho do agregado familiar; Educ_i representa o nível de educação do chefe do agregado familiar; e Activos_i representa os activos produtivos do agregado familiar.

As variáveis consumo per capita, tamanho do agregado familiar, nível de educação e activos foram transformadas em logaritmos com o objectivo de reduzir a assimetria dos dados e facilitar a interpretação dos coeficientes em termos de elasticidade.

O modelo adoptado neste estudo é baseado nos modelos de Anas e Amiruddin (2017), Apeverga (2025) e Tita e Aziakpono (2017). No entanto, difere destes autores por utilizar dados seccionais ao nível do agregado familiar, em vez de séries temporais ou dados em painéis. A estimação é feita pelo método dos MQO.

A abordagem permite analisar o impacto da inclusão financeira sobre o bem-estar económico dos agregados familiares, medido pelo consumo per capita, controlando factores socioeconómicos relevantes. Outro elemento distintivo do modelo é a inclusão da variável de

inclusão financeira (*IF*) como uma variável dummy, reflectindo de forma directa o acesso a serviços financeiros formais, tais como contas bancárias e carteiras móveis.

3.2 Procedimentos de Estimação

O modelo especificado na equação (3.1) será estimado pelo método dos MQO, utilizando o software Stata (versão 17). Dado que este estudo usa dados seccionais colectados pela mesma entidade, com as mesmas amostras, técnicas e metodologias, foi analisada primeiro a matriz de correlação para verificar o nível de relação entre as variáveis explicativas, capaz de enviesar os resultados estimados. Em seguida, para garantir a validade e robustez das estimativas, foram realizados os seguintes testes diagnósticos: multicolinearidade, heterocedasticidade, normalidade dos resíduos e especificação do modelo.

Para diagnosticar a multicolinearidade foi utilizado o Factor de Inflação da Variância (VIF), desenvolvido por Marquardt (1970), definido por $VIF_j = \frac{1}{1-R_j^2}$, onde R_j^2 corresponde ao coeficiente de determinação da regressão auxiliar da variável explicativa j sobre as restantes variáveis independentes. A hipótese nula (H_0) assume a não multicolinearidade, ou seja, que não há correlação entre as variáveis explicativas, enquanto a hipótese alternativa (H_1) assume a existência da multicolinearidade, indicando a presença de correlação entre as variáveis explicativas. A hipótese nula será rejeitada somente se $VIF_j > 10$, indicando multicolinearidade. Para diagnosticar a heterocedasticidade, foi utilizado o teste de Breusch-Pagan (1979). A hipótese nula (H_0) assume que os erros são homocedásticos, ou seja, possuem variância constante, enquanto a hipótese alternativa (H_1) assume que os erros são heterocedásticos, isto é, a variância não é constante. A hipótese nula é rejeitada quando o *p-value* é inferior a 0,05, indicando a presença de heterocedasticidade. A não normalidade dos resíduos foi avaliada através da análise de assimetria e curtose das variáveis, considerando a hipótese nula (H_0) de que os resíduos seguem uma distribuição normal contra a hipótese alternativa (H_1) de que os resíduos não seguem uma distribuição normal. A rejeição da hipótese nula ocorre quando o *p-value* é inferior a 0,05. Por fim, para analisar a especificação funcional do modelo foi feito o teste RESET, desenvolvido por Ramsey (1969). A hipótese nula do teste (H_0) assume que o modelo está correctamente especificado, indicando que o modelo não apresenta erro de especificação, enquanto a hipótese alternativa (H_1) assume que o modelo não está correctamente especificado, sugerindo a omissão de variáveis relevantes ou forma funcional inadequada. Rejeita-se a hipótese nula quando o *p-value* é inferior a 0,05.

Neste estudo, para a interpretação dos testes estatísticos, são adoptados os níveis de significância convencionais em análise econométrica, isto é, 1%, 5% e 10%.

3.3 Resultados Esperados dos Coeficientes Estimados

As hipóteses deste estudo reflectem a relação esperada entre a inclusão financeira, as variáveis de controlo e o consumo per capita, conforme o modelo especificado na equação (3.1). Assim, de acordo com a evidência empírica existente, a inclusão financeira está associada à melhoria do bem-estar económico e à redução da pobreza. Estudos como Anas e Amiruddin (2017), Apeverga (2025) e Beck et al. (2004) indicam que o acesso a serviços financeiros facilita o investimento e melhora as condições de vida das famílias. Neste sentido, espera-se que o coeficiente estimado β_1 da variável inclusão financeira (*IF*) tenha um sinal positivo, reflectindo o seu efeito favorável sobre o consumo dos agregados familiares.

Relativamente às variáveis de controlo incluídas no vector X_i , espera-se que estas influenciem a pobreza de forma consistente com a teoria económica, intuito económico ou senso comum. Em muitos contextos, e segundo Mulatie e Andualem (2019) e Tvedten (2012), agregados familiares chefiados por mulheres enfrentam maiores restrições económicas, o que pode resultar em menor consumo per capita. Assim, sendo a variável *Sexo* definida como dummy em que 1 corresponde ao sexo feminino e 0 ao sexo masculino, espera-se que o coeficiente estimado β_2 apresente um sinal negativo, indicando que agregados chefiados por mulheres tendem a registar menor consumo per capita comparativamente aos chefiados por homens.

Segundo a lógica e intuição económica de alocação eficiente de recursos, agregados familiares maiores tendem a dividir os recursos disponíveis por mais membros, o que reduz o consumo per capita. Assim, espera-se que o coeficiente estimado β_3 da variável tamanho do agregado familiar (*TamAF*) tenha um sinal negativo, dado que, em Moçambique e de acordo com os dados do IOF (2022), o número de membros de agregados familiares varia em média entre 2 a 7 indivíduos.

A educação, de acordo com a teoria do capital humano de Becker (1962) e Schultz (1961), aumenta a produtividade e a capacidade de geração de rendimento dos indivíduos. Assim, espera-se que o coeficiente β_4 da variável *Educ* tenha um sinal positivo, indicando que chefes de agregado familiar com mais anos de escolaridade tendem a registar maior consumo per capita.

Os activos do agregado familiar (*Activos*) representam a sua capacidade económica e produtiva. De acordo com Banerjee et al. (2011), a posse de activos produtivos aumenta o

rendimento e o consumo. Assim, espera-se que o coeficiente β_5 da variável *Activos* tenha um efeito positivo sobre o consumo per capita.

A Tabela 3.1 resume os sinais esperados dos coeficientes estimados das variáveis do modelo:

Tabela 3.1 Sinais Esperados dos Coeficientes Estimados

Variáveis Explicativas	Coeficiente	Sinal Esperado no MRLM (LnConsumo_pc)
Inclusão Financeira	β_1	Positivo
Sexo do Chefe do Agregado Familiar	β_2	Negativo
Tamanho do Agregado Familiar	β_3	Negativo
Educação do Chefe do Agregado	β_4	Positivo
Activos Produtivos	β_5	Positivo

3.4 Descrição dos Dados de Análise

A estimação do modelo especificado na secção (3.1) será realizada com base em dados secundários do IOF 2022/2023, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística. Trata-se de dados seccionais recolhidos entre 2022 e 2023 nos agregados familiares em todo o território nacional. O tratamento, organização e a análise dos dados serão efectuados com recurso ao software Stata (versão 17).

O consumo per capita (Consumo_pc) representa o consumo médio diário do agregado familiar por membro e serve como proxy do bem-estar económico. Valores mais baixos de consumo per capita indicam maior vulnerabilidade e risco de pobreza, enquanto valores mais altos reflectem melhores condições de vida e menor probabilidade de o agregado ser pobre.

A variável Inclusão Financeira (*IF*) é uma variável dummy que indica o acesso do agregado familiar a serviços financeiros formais. Esta variável assume valor 1 se pelo menos um membro do agregado familiar possui uma conta financeira activa, seja numa instituição bancária ou numa carteira móvel, e 0 caso contrário. A variável Sexo do Chefe do Agregado Familiar (*Sexo*) identifica o sexo do chefe do agregado familiar. Trata-se de uma variável dummy que assume valor 1 se o chefe do agregado familiar é do sexo feminino e 0 se for do sexo masculino. A variável Tamanho do Agregado Familiar (*TamAF*) corresponde ao número total de membros que compõem o agregado familiar. A variável Educação do Chefe do Agregado Familiar (*Educ*) refere-se ao número de anos de escolaridade completados pelo chefe do agregado familiar. Por fim, a variável *Activos* indica o número de unidades produtivas do agregado familiar, como animais e machambas.

A descrição das variáveis incluídas no modelo encontra-se organizada de forma clara no Apêndice B, enquanto o Apêndice C apresenta as estatísticas descritivas dessas variáveis. Essas estatísticas são resumidas na Tabela (3.2).

Tabela 3.2 Sumário Estatístico

Variáveis	Número de Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Consumo_pc	4149	27,174	24,337	0,298	413,82
IF	4149	0,419	0,493	0	1
Sexo	4149	0,227	0,419	0	1
TamAF	4149	4,839	2,320	1	27
Educ	4149	5,317	3,356	0	17
Activos	3943	11,057	17,785	1	500

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IOF 2022/2023 usando Stata v17.

Nota: Consumo_pc = consumo per capita diário do agregado familiar, IF = inclusão financeira (1 = possui conta; 0 = não possui), Sexo = sexo do chefe do agregado familiar (1 = mulher; 0 = homem), TamAF = tamanho do agregado familiar, Educ = anos de escolaridade do chefe do agregado, Activos = número de activos produtivos do agregado.

A tabela acima mostra que a variável Consumo_pc apresenta uma média de 27,174, indicando que, em média, o consumo diário per capita dos agregados familiares é de aproximadamente 27 Mts. O desvio-padrão de 24,337 revela elevada dispersão, sugerindo diferenças significativas nos níveis de consumo entre os agregados. Os valores variam entre 0,298 e 413,82, indicando forte desigualdade no consumo, com a presença de outliers¹⁴. Este resultado sugere que muitos agregados se encontram, na zona rural, abaixo da linha de pobreza internacional de 3 USD por dia, definida pelo Banco Mundial em 2025.

A variável Inclusão Financeira que é uma dummy apresenta uma média de 0,419, indicando que cerca de 42% dos agregados familiares possuem pelo menos uma conta financeira activa, seja numa instituição bancária ou numa carteira móvel.

A variável Sexo do chefe do agregado familiar que também é uma dummy apresenta uma média de 0,227, indicando que aproximadamente 23% dos agregados familiares da amostra são chefiados por mulheres, enquanto a maioria é chefiada por homens.

A variável Tamanho do agregado familiar corresponde ao número total de membros que compõem o agregado familiar. Esta variável apresenta uma média de 4,839 membros, indicando que, em média, os agregados familiares são compostos por cerca de cinco pessoas.

¹⁴ Outliers referem-se a observações com valores extremamente elevados ou reduzidos em relação à maioria dos dados, podendo influenciar os resultados estatísticos.

O desvio-padrão de 2,320 mostra alguma heterogeneidade na dimensão dos agregados, com valores que variam até 27 membros.

A variável Educação do chefe do agregado familiar é medida em anos de escolaridade. A média de 5,317 anos indica que, em média, os chefes dos agregados familiares possuem cerca de cinco anos de escolaridade. O desvio-padrão de 3,356 anos evidencia variação significativa nos níveis de educação, com valores que variam entre 0 e 17 anos de estudo.

Por fim, a variável Activos apresenta uma média de 11,057 unidades, com desvio-padrão de 17,785, indicando uma elevada dispersão na posse de activos produtivos entre os agregados familiares. O valor máximo de 500 sugere a presença de outliers.

De forma geral, os dados mostram-se apropriados para o presente estudo, por representarem os agregados familiares das áreas rurais e incluírem variáveis relevantes para a análise do bem-estar o que permite avaliar a relação entre inclusão financeira e consumo per capita em Moçambique.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DE RESULTADOS

Nas secções que se seguem, apresentam-se, interpretam-se e analisam-se os resultados da estimação do modelo econométrico do impacto da inclusão financeira no consumo per capita dos agregados familiares rurais. Adicionalmente, apresentam-se os resultados dos testes diagnósticos de regressão.

4.1 Análise de Matriz de Correlação

Os resultados da matriz da correlação são apresentados na Tabela (4.1).

Tabela 4.1 Matriz da Correlação

Variáveis	IF	Sexo	LnTamAF	LnEduc	LnActivos
IF	1.0000				
Sexo	0.0322	1.0000			
LnTamAF	0.0814	-0.1563	1.0000		
LnEduc	0.1397	-0.1039	0.0359	1.0000	
LnActivos	0.1497	-0.0620	0.2402	0.0461	1.0000

A tabela acima apresenta a matriz de correlação entre as variáveis independentes do modelo. Os resultados mostram que todas as correlações entre variáveis independentes se situam abaixo do limiar crítico de 0,80, sendo a correlação mais elevada verificada entre LnActivos e LnTamAF ($r = 0,2402$). Este resultado indica ausência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas, garantindo a robustez das estimativas do modelo.

4.2 Resultados da Estimação do Modelo

Os resultados da estimação do modelo econométrico especificado na secção (3.1) são apresentados no Apêndice D e encontram-se sumarizados na Tabela (4.2), abaixo.

Tabela 4.2 Estimação do Efeito da Inclusão Financeira sobre o Consumo Per Capita

		Variável dependente: LnConsumo_pc
Variáveis Explicativas	Coefficientes Estimados	P-value de t
IF	-0,187	0,000
Sexo	-0,123	0,000
LnTamAF	-0,741	0,000
LnEduc	0,004	0,605
LnActivos	0,209	0,000
Constante	3,815	0,000
Número de observações (n) = 3.943		
Estatística F = 226,74 (0,000)		
Coeficiente de Determinação (R^2) = 0,224		

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IOF 2022/2023 usando Stata v17.

Notas: Consumo_pc = consumo per capita diário do agregado familiar, IF = inclusão financeira (1 = possui conta; 0 = não possui), Sexo = sexo do chefe do agregado familiar (1 = mulher; 0 = homem), TamAF = tamanho do agregado familiar, Educ = anos de escolaridade do chefe do agregado, Activos = número de activos produtivos do agregado. O valor entre parênteses apresentado junto à Estatística F corresponde ao respectivo *p-value*.

Os resultados apresentados na Tabela (4.2) mostram que o valor da estatística F (226,74) é estatisticamente significativo ao nível de 1% de nível de significância. Estes resultados indicam que é rejeitada a hipótese nula de que todos os coeficientes de regressão são conjuntamente iguais a zero, em detrimento da hipótese alternativa de que pelo menos um deles é diferente de zero. Assim, o modelo estimado é globalmente significativo.

Os resultados da mesma tabela indicam que o coeficiente de determinação (R^2) é igual a 0,224, indicando que cerca de 22,4% da variação do consumo per capita dos agregados familiares rurais são explicadas pela variação nas variáveis incluídas no modelo, sendo a restante variação explicada por outros factores não explícitos no modelo.

Importa salientar que um R^2 relativamente baixo não constitui necessariamente um problema. Em estudos com dados seccionais, é comum obter valores reduzidos de R^2 devido à elevada heterogeneidade entre os indivíduos, ou seja, às diferenças existentes entre os agregados familiares (como rendimento, tamanho, nível de educação, acesso a recursos, entre outros). Como argumenta Wooldridge (2016), um R^2 baixo não implica que o modelo seja inadequado, nem que os resultados sejam inúteis, devendo a avaliação do modelo basear-se sobretudo na significância estatística dos coeficientes e na coerência económica das relações estimadas.

A Tabela (4.2) mostra também que, com excepção da variável Educação (LnEduc), todas as restantes variáveis são estatisticamente significativas ao nível de significância de 1%.

4.3 Resultados dos Testes Diagnósticos de Regressão

Tal como indicado na secção (3.2), foram realizados os seguintes testes diagnósticos de regressão, nomeadamente: multicolinearidade, heterocedasticidade, não-normalidade dos erros e má especificação do modelo.

Os resultados do teste de multicolinearidade são apresentados no Apêndice E.a) e resumido na Tabela (4.3).

Tabela 4.3 Resultados do Teste de Multicolinearidade (VIF)

Variável	VIF
IF	1,05
Sexo	1,04
LnTamAF	1,09
LnEduc	1,03
LnActivos	1,08
Média VIF	1,06

A tabela acima mostra os resultados do teste de multicolinearidade. Na tabela, pode-se verificar que todos os valores de *VIF* são inferiores a 10, sendo o valor máximo de 1,09 e a média de 1,06, o que indica ausência de problemas de multicolinearidade.

Relativamente à heterocedasticidade, os resultados do teste de Breusch-Pagan são apresentados no Apêndice E.b) onde os resultados mostram que a estatística do teste é $X^2 = 37,47$, com $p\text{-value} = 0,000$, inferior ao nível de significância de 5%. Neste sentido, rejeita-se a hipótese nula de homoscedasticidade. Este resultado indica a presença de heterocedasticidade no modelo. Para ultrapassar este problema, o modelo foi reestimado com erros-padrão robustos, cujos resultados se encontram no Apêndice E.c).

No que diz respeito à normalidade dos resíduos, os resultados apresentados no Apêndice E.d) mostram que os resíduos apresentam uma assimetria e curtose estatisticamente significativas ao nível de significância de 1%. De igual forma, o teste conjunto de normalidade (o teste de Jarque-Bera) é significativo ao nível de significância de 1%. Estes resultados conduzem à rejeição da hipótese nula de normalidade. Isto indica que os resíduos não seguem uma distribuição normal. Contudo, conforme Wooldridge (2016) e no âmbito do teorema de limite central, a não normalidade dos resíduos não compromete a consistência dos estimadores dos MQO, sobretudo em amostras grandes, como a utilizada neste estudo ($n=3.943$). Isto quer dizer que, mesmo que os erros não sigam uma distribuição normal, os coeficientes estimados

continuam a aproximar-se dos valores reais à medida que a amostra aumenta, pelo que as conclusões do modelo permanecem válidas.

Por fim, os resultados do teste de especificação do modelo (*Ramsey RESET*) constam do Apêndice E.e). Os resultados mostram que o p-value da estatística $F(3, 3934)$ é maior que o nível de significância de 5%. Assim, não se rejeita a hipótese nula, indicando que o modelo está correctamente especificado e não há evidências de omissão de variáveis relevantes ou de forma funcional inadequada.

4.4 Resultados do Modelo Corrigido da Heterocedasticidade

Como referido na Secção (4.3), para o problema de heterocedasticidade o modelo foi reestimado com base nos erros-padrão robustos, método proposto por White (1980) e amplamente defendido por Wooldridge (2016) para dados seccionais. Os resultados dessa estimação constam no Apêndice E.c) e estão resumidos na Tabela (4.4).

Tabela 4.4 Resultados da Estimação do Modelo com Erros-Padrão Robustos

Variável dependente: LnConsumo_pc		
Variáveis Explicativas	Coefficientes Estimados	P-value de t
IF	-0,187	0,000
Sexo	-0,123	0,000
LnTamAF	-0,741	0,000
LnEduc	0,004	0,608
LnActivos	0,209	0,000
Constante	3,815	0,000
Número de observações (n) = 3.943		
Estatística F = 210,93 (0,000)		
Coeficiente de Determinação (R^2) = 0,224		

Nota: O valor entre parênteses apresentado junto à Estatística F corresponde ao respectivo *p-value*.

Os resultados na Tabela (4.4) mostram que o valor da estatística F (210,93) é estatisticamente significativo ao nível de significância de 1%, pelo que se rejeita a hipótese nula de que todos os coeficientes são conjuntamente iguais a zero. Assim, o modelo corrigido é globalmente significativo. O coeficiente de determinação ($R^2 = 0,224$) mantém-se inalterado em relação à estimação inicial. Relativamente à significância individual, os resultados confirmam o padrão obtido na estimação inicial. Com excepção da variável Educação (LnEduc), cujo *p-value* de 0,608 indica insignificância estatística, todas as restantes variáveis são estatisticamente significativas ao nível de 1%.

Em termos dos coeficientes estimados, a inclusão financeira (IF) apresenta um coeficiente de $-0,187$, indicando que os agregados familiares com pelo menos um membro com conta financeira activa têm um consumo per capita cerca de 18,7% inferior ao dos agregados sem conta, mantendo os restantes factores constantes. O sexo do chefe do agregado (Sexo) apresenta um coeficiente de $-0,123$, indicando que os agregados chefiados por mulheres têm um consumo per capita aproximadamente 12,3% inferior ao dos chefiados por homens. O tamanho do agregado familiar (LnTamAF) apresenta o maior impacto negativo ($\beta_3 = -0,741$), indicando que um aumento de 1% no número de membros reduz o consumo per capita em cerca de 0,74%. A educação (LnEduc) apresenta um coeficiente positivo mas estatisticamente não significativo, não permitindo fazer qualquer inferência sobre o seu efeito. Por fim, os activos produtivos (LnActivos) apresentam o principal efeito positivo do modelo, indicando que um aumento de 1% nos activos produtivos está associado a um aumento de aproximadamente 0,21% no consumo per capita.

4.5 Discussão dos Principais Resultados

O objectivo geral deste estudo é analisar o impacto da inclusão financeira na redução da pobreza dos agregados familiares rurais em Moçambique, sendo o consumo per capita utilizado como proxy do bem-estar e da pobreza.

Os resultados indicam que a inclusão financeira (IF) apresenta um coeficiente negativo. Este resultado é contrário ao esperado, uma vez que a hipótese formulada previa um efeito positivo da inclusão financeira sobre o consumo per capita. Neste sentido, é rejeitada a hipótese nula do estudo segundo a qual a inclusão financeira contribui para a redução da pobreza nas zonas rurais em Moçambique. Do ponto de vista teórico, este resultado não é consistente com a hipótese do rendimento absoluto de Keynes (1936) nem com a teoria do crescimento endógeno de Lucas (1988) e Romer (1986), que apontam para o acesso a serviços financeiros como factor de melhoria das condições de vida. No entanto, é coerente com a teoria dos grupos vulneráveis de Ozili (2020), segundo a qual os benefícios da inclusão financeira tendem a favorecer os segmentos menos pobres, não atingindo necessariamente os mais vulneráveis.

Uma possível explicação para este resultado é que as famílias rurais podem ter contas bancárias ou móveis mas não a usam para poupar ou investir. Nas zonas rurais de Moçambique, 97,9% dos titulares de conta financeira utilizam carteira móvel (INE, 2023), usada principalmente para enviar e receber dinheiro. Neste sentido, a inclusão financeira pode não estar a funcionar como um mecanismo de acumulação de riqueza ou de melhoria do bem-estar, mas apenas como um meio de movimentação de recursos já limitados. Este resultado é

semelhante aos de Tita e Aziakpono (2017), que também encontraram um efeito negativo da inclusão financeira sobre o bem-estar na África Subsariana, e ao de Ahmat-Tidjani (2025), que mostraram que o efeito da inclusão financeira sobre o consumo pode ser nulo ou negativo em determinados contextos macroeconómicos. Diverge, contudo, dos resultados de Abimbola et al. (2018), Anas e Amiruddin (2017) e Apeverga (2025), que identificaram efeitos positivos em contextos onde as condições de utilização produtiva dos serviços financeiros são mais favoráveis.

No conjunto das variáveis de controlo, os resultados são consistentes com a teoria económica. O tamanho do agregado familiar (*LnTamAF*) é a variável com maior impacto negativo sobre o consumo per capita ($\beta = -0,741$), com sinal negativo conforme o esperado. Este resultado está em linha com a lógica de alocação de recursos segundo a qual mais membros na família implica menor consumo individual.

Os activos produtivos (*LnActivos*) destacam-se como o principal factor positivo do modelo ($\beta = 0,209$), com sinal positivo conforme o esperado. A posse de activos produtivos está associada a melhores níveis de consumo e menor incidência de pobreza, em linha com Banerjee et al. (2011). Este resultado sugere que a redução da pobreza rural é mais efectiva através de políticas que facilitem o acesso a activos produtivos como o apoio à mecanização agrícola e titulação de terras, do que pelo aumento do acesso a contas financeiras.

O sexo do chefe do agregado (*Sexo*) apresenta um efeito negativo e significativo ($\beta = -0,123$), conforme o esperado, indicando que os agregados chefiados por mulheres têm consumo per capita inferior. Este resultado é consistente com a teoria das discriminações económicas e sociais de Bradshaw (2007) e semelhante ao documentado por Mulatie e Andualem (2019) e Tvedten (2012), que mostram que as mulheres rurais enfrentam restrições estruturais no acesso a recursos produtivos e serviços financeiros.

Por fim, a educação do chefe do agregado (*LnEduc*) apresenta um coeficiente positivo ($\beta = 0,004$), em linha com o sinal esperado segundo a teoria do capital humano de Becker (1962) e Schultz (1961). No entanto, o coeficiente é estatisticamente não significativo ($p = 0,608$). Este resultado contrasta com o de Apeverga (2025) e Kumar e Jie (2023), que encontraram efeitos positivos e significativos da educação sobre o consumo em outros contextos rurais africanos.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

Nas secções que seguem, tecem-se as conclusões do estudo, dão-se as recomendações e apresentam-se algumas limitações do mesmo.

5.1 Conclusões

O presente estudo tinha como objectivo geral analisar o impacto da inclusão financeira na redução da pobreza nas áreas rurais de Moçambique. Os seus objectivos específicos consistiam em verificar se a inclusão financeira contribui para a melhoria do bem-estar dos agregados familiares rurais em Moçambique e estimar o impacto da inclusão financeira sobre o consumo per capita dos agregados familiares rurais em Moçambique. Para o efeito, foi estimado um modelo de regressão linear múltipla pelo método dos MQO, com dados seccionais do IOF 2022/2023. A variável dependente é o consumo per capita, utilizado como proxy da pobreza, e a variável de maior interesse é a inclusão financeira, medida em termos de posse ou não de uma conta bancária ou carteira móvel por pelo menos um membro do agregado familiar.

Os resultados empíricos mostram que a inclusão financeira apresenta um coeficiente negativo e estatisticamente significativo ao nível de significância de 1%, indicando que a presença de um membro do agregado familiar com conta bancária ou carteira móvel reduz o consumo per capita em 18,7% nas zonas rurais. Este resultado leva à rejeição da hipótese nula do estudo, segundo a qual a inclusão financeira contribui para o aumento do consumo per capita e para a redução da pobreza nas áreas rurais de Moçambique. Uma possível explicação para este resultado está relacionada com a natureza do uso dos serviços financeiros nas zonas rurais de Moçambique. O acesso a contas bancárias e carteiras móveis pode não estar associado à acumulação de riqueza ou investimento produtivo, sendo usado sobretudo para a gestão de liquidez e consumo corrente. Neste sentido, no contexto rural moçambicano, a inclusão financeira não está a cumprir o papel esperado de mecanismo de melhoria do bem-estar e de redução da pobreza, revelando um impacto contrário ao previsto pela teoria económica.

No que diz respeito às variáveis de controlo, os resultados são consistentes com a teoria económica. O tamanho do agregado familiar reduz significativamente o consumo per capita, reflectindo maior pressão sobre recursos limitados e maior vulnerabilidade à pobreza, enquanto que os activos produtivos contribuem positivamente para o mesmo. A educação do chefe do agregado apresenta o sinal esperado mas não é estatisticamente significativa, não permitindo inferências de política a partir deste resultado. Já o sexo do chefe do agregado revela diferenças

relevantes, com agregados chefiados por mulheres a apresentarem menores níveis de consumo, o que sugere persistência de desigualdades estruturais.

Assim, a principal conclusão deste estudo é a de que, no período analisado, a inclusão financeira não contribuiu de forma efectiva para a melhoria do bem-estar nem para a redução da pobreza nas zonas rurais de Moçambique, mas sim, para a sua deterioração. O estudo reforça a ideia, partilhada por Ahmat-Tidjani (2025), Kumar e Jie (2023), Tita e Aziakpono (2017) e Yue et al. (2022), de que o acesso ao sistema financeiro por si só não é suficiente para gerar melhorias no bem-estar, sendo necessário que seja acompanhado por condições complementares como geração de rendimento, inclusão produtiva, literacia financeira e fortalecimento do capital humano.

5.2 Recomendações

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que a inclusão financeira, nas zonas rurais de Moçambique, não tem contribuído para aumentar o consumo dos agregados familiares nem para reduzir a pobreza. Por isso, as recomendações deste estudo focam-se não apenas no acesso aos serviços financeiros, mas principalmente na forma como esses serviços são utilizados.

Em primeiro lugar, é necessário melhorar o tipo de uso da inclusão financeira. Os resultados mostram que ter conta bancária ou carteira móvel, por si só, não melhora o bem-estar. Assim, deve-se incentivar o uso do sistema financeiro para actividades que possam gerar rendimento, como agricultura e pequenos negócios, através de crédito produtivo e financiamento de actividades económicas, e não apenas para despesas do dia-a-dia.

Em segundo lugar, recomenda-se que os produtos financeiros sejam mais adequados à realidade rural. Muitos agregados têm rendimentos sazonais e instáveis, por isso os prazos de crédito e de pagamento devem ser flexíveis e ajustados ao ciclo agrícola. Isto pode ajudar a evitar situações de endividamento, risco identificado por Yue et al. (2022), e tornar o uso do crédito mais eficaz.

Em terceiro lugar, é importante reforçar a educação financeira nas comunidades rurais. As famílias precisam de orientação sobre como poupar, investir e utilizar os instrumentos financeiros disponíveis de forma produtiva, para que a inclusão financeira se traduza efectivamente em melhores condições de vida. Esta recomendação é particularmente importante dado que, como mostram Tita e Aziakpono (2017), as barreiras de acesso efectivo ao sistema financeiro são mais elevadas nas zonas rurais.

Em quarto lugar, a inclusão financeira deve ser acompanhada por políticas mais amplas de desenvolvimento rural, como melhoria da produção agrícola, acesso a insumos, criação de

emprego e redução das desigualdades de género. Sem aumento sustentável do rendimento e da produtividade, o acesso a serviços financeiros não é suficiente para melhorar as condições de vida das famílias rurais moçambicanas, como alertam Ahmat-Tidjani (2025) e Kumar e Jie (2023).

Por fim, dado que os resultados mostram menor consumo per capita nos agregados chefiados por mulheres, recomenda-se que as políticas de inclusão financeira incluam uma abordagem de género, com produtos adaptados às necessidades das mulheres rurais, de forma a promover um acesso mais equitativo às oportunidades económicas.

5.3 Limitações do Estudo

A realização deste estudo foi condicionada por algumas limitações relevantes.

Em primeiro lugar, a inexistência de dados temporais consistentes sobre a pobreza e sobre algumas variáveis-chave levou à utilização de dados seccionais do IOF 2022/2023. Esta limitação restringe a análise a um único período, não permitindo captar a evolução temporal da inclusão financeira e do consumo, nem analisar dinâmicas de longo prazo.

Em segundo lugar, a variável rendimento não pode ser incluída na estimação do modelo devido à elevada incidência de valores em falta na base de dados. Esta limitação reduz a capacidade explicativa do modelo, uma vez que o rendimento constitui um dos principais determinantes do consumo e da pobreza. O valor relativamente baixo do coeficiente de determinação ($R^2 = 22,4\%$) pode estar, em parte, a reflectir a não inclusão da variável rendimento, sugerindo que a sua inclusão no modelo permitiria capturar uma parte substancial da variação da variável dependente que permanece por explicar.

Estas limitações implicam que os resultados devem ser interpretados com cautela, especialmente quanto à sua generalização para outros períodos ou contextos. Estudos futuros com dados em painel ou com variáveis instrumentais poderão aprofundar e complementar as conclusões deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- Abimbola, A., Olokoyo, F. O., Babalola, O., & Farouk, E. (2018). Financial Inclusion as a Catalyst for Poverty Reduction in Nigeria. *International Journal of Scientific Research and Management (IJSRM)*, 6(06), EM-2018-481-490. <https://doi.org/10.18535/ijssrm/v6i6.em06>
- Ahmat-Tidjani, M. I. (2025). Financial inclusion, remittances and household consumption in sub-Saharan Africa: Evidence from the application of an endogenous threshold dynamic panel model. *Economics and Business Review*, 11(2), 67–90. <https://doi.org/10.18559/ebv.2025.2.1969>
- Ajakaiye, D. O., & Adeyeye, V. A. (2001). Concepts, Measurement and Causes of Poverty Concepts, Measurement and Causes of Poverty. *CBN Economic and Financial Review*, 39(4), 8–44.
- Anas, I. A., & Amiruddin, A. (2017). Impact Of Financial Inclusion Towards Poverty In Indonesia. *Proceedings of the 2nd International Conference on Accounting, Management, and Economics 2017 (ICAME 2017)*, 422–425. <https://doi.org/10.2991/icame-17.2017.32>
- Apeverga, M. S. (2025). *Impact of Financial Inclusion on Household Welfare in Rural Nigeria*. (13(1); 2025).
- Banco de Moçambique. (2016). *Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016-2022* (p. 22).
- Banco de Moçambique. (2023). *Resultados do Inquérito sobre Literacia Financeira em Moçambique*. Innovision Global Consulting Ltd.
- Banco de Moçambique. (2024). *Relatório de Inclusão Financeira 2023*. Banco de Moçambique.
- Banco de Moçambique. (2025a). *Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2025-2031*. Banco de Moçambique.
- Banco de Moçambique. (2025b). *Relatório de Inclusão Financeira 2025*. Banco de Moçambique.
- Banco Mundial. (2020). *Digital Financial Services*. World Bank. <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/305a39cbb6f35567db78bda6709c5cd8-0430012025/original/World-Bank-DFS-Whitepaper-DigitalFinancialServices.pdf>
- Banco Mundial. (2022). *Poverty and Inequality Platform (PIP) Methodology Handbook—Welfare Aggregate*. <https://worldbank.github.io/PIP-Methodology-2022-04/welfareaggregate.html>

- Banco Mundial. (2024). *“Poverty, Prosperity, and Planet Report 2024: Pathways Out of the Polycrisis*. World Bank.
- Banco Mundial. (2025). *Macro Poverty Outlook*.
- Banco Mundial. (2026). *Poverty & Inequality Indicators* [Dataset].
- Banerjee, A., Duflo, E., Chattopadhyay, R., & Shapiro, J. (2011). Targeting the hard-core poor: An impact assessment. *Cambridge, MA: J-PAL*.
- Beck, T., Demirguc-Kunt, A., & Levine, R. (2004). *Finance, Inequality, and Poverty: Cross-Country Evidence* (No. W10979; p. w10979). National Bureau of Economic Research. <https://doi.org/10.3386/w10979>
- Becker, G. S. (1962). Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. *Journal of Political Economy*, 70(5), 9–49. JSTOR.
- Bonjean, C. M., & Olson, D. M. (1964). Community Leadership: Directions of Research. *Administrative Science Quarterly*, 9(3), 278–300. JSTOR. <https://doi.org/10.2307/2391442>
- Bradshaw, T. K. (2007). Theories of Poverty and Anti-Poverty Programs in Community Development. *Community Development*, 38(1), 7–25. <https://doi.org/10.1080/15575330709490182>
- Brandt, L. (1908). The Causes of Poverty. *Political Science Quarterly*, 23(4), 637–651. JSTOR. <https://doi.org/10.2307/2140866>
- Cunguara, B., & Hanlon, J. (2010). O fracasso na redução da pobreza em Moçambique. *Crisis States Working Paper*, (74).
- Deaton, A., & Zaidi, S. (2002). *Guidelines for constructing consumption aggregates for welfare analysis* (Vol. 135). World Bank Publications.
- Demirguc-Kunt, A., Klapper, L., Singer, D., Ansar, S., & Hess, J. (2018). *The Global Findex Database 2017: Measuring financial inclusion and the fintech revolution*. World Bank Publications.
- Dev, S. M. (2006). Financial Inclusion: Issues and Challenges. *Economic and Political Weekly*, 41(41), 4310–4313. JSTOR.
- FMI. (2025). *World Economic Outlook* [Projections for 2025 in Nominal terms].
- Gordon, D. (2006). Two: The concept and measurement of poverty. In *Poverty and social exclusion in Britain* (pp. 29–70). Policy Press. <https://doi.org/10.51952/9781447366843.ch002>
- Governo de Moçambique. (2001). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005*. Governo de Moçambique.

- Governo de Moçambique. (2024). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025-2044*. Governo de Moçambique.
- Hallegatte, S. (2016). *Shock waves: Managing the impacts of climate change on poverty*. World Bank Publications.
- Hone, Z., & Marisennayya, S. (2019). Determinants of Household Consumption Expenditure in Debreworkos Town, Amhara Region, Ethiopia. *American Scientific Research Journal for Engineering, Technology, and Sciences*, 62(1), 124–144.
- INE. (2023). *Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2022/2023*. Instituto Nacional de Estatística.
- Kamal, A., Hussain, T., & Khan, M. M. S. (2021). Impact of Financial inclusion and financial stability: Empirical and theoretical review. *Liberal Arts and Social Sciences International Journal (LASSIJ)*, 5(1), 510–524. <https://doi.org/10.47264/idea.lassij/5.1.33>
- Keynes, J. M. (1936). *The general theory of employment, interest, and money*. Palgrave Macmillan.
- Klapper, L., Singer, D., Starita, L., & Norris, A. (2025). *The Global Findex Database 2025: Connectivity and Financial Inclusion in the Digital Economy*. World Bank.
- Kumar, S. S., & Jie, Q. (2023). Exploring the role of financial inclusion in poverty reduction: An empirical study. *World Development Sustainability*, 3, 100103. <https://doi.org/10.1016/j.wds.2023.100103>
- Leong, K., & Sung, A. (2018). FinTech (Financial Technology): What is It and How to Use Technologies to Create Business Value in Fintech Way? *International Journal of Innovation, Management and Technology*, 74–78. <https://doi.org/10.18178/ijimt.2018.9.2.791>
- Lucas, R. E. (1988). On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, 22(1), 3–42. [https://doi.org/10.1016/0304-3932\(88\)90168-7](https://doi.org/10.1016/0304-3932(88)90168-7)
- Madudova, E., & Corejova, T. (2023). The Issue of Measuring Household Consumption Expenditure. *Economies*, 12(1), 9. <https://doi.org/10.3390/economies12010009>
- Maposa, O., Chamboko, T., Grundling, I., Macome, E., & Chiau, S. (2019). *FinScope Consumer Survey Mozambique 2019*. FinMark Trust.
- Marquardt, D. W. (1970). Generalized Inverses, Ridge Regression, Biased Linear Estimation, and Nonlinear Estimation. *Technometrics*, 12(3), 591–612. <https://doi.org/10.1080/00401706.1970.10488699>

- Mavundla, L. D. (2022). The Challenges of FinTechs in Ensuring Financial Inclusion in Mozambique. *REVES - Revista Relações Sociais*, 5(1), 13455-01–07e. <https://doi.org/10.18540/revesv15iss1pp13455-01-07e>
- Mhlanga, D. (2022a). Financial Inclusion, and Marxian/Radical Theory of Poverty in the Fourth Industrial Revolution. In D. Mhlanga, *Digital Financial Inclusion* (pp. 267–284). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-16687-7_15
- Mhlanga, D. (2022b). The Beneficiaries Theory of Financial Inclusion and the Fourth Industrial Revolution. In D. Mhlanga, *Digital Financial Inclusion* (pp. 61–76). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-16687-7_4
- Mhlanga, D. (2022c). The Delivery Agent Theory of Financial Inclusion in the Context of the Fourth Industrial Revolution. In D. Mhlanga, *Digital Financial Inclusion* (pp. 77–94). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-16687-7_5
- Mhlanga, D. (2022d). The Funding Theories of Financial Inclusion in the Context of the Fourth Industrial Revolution. In D. Mhlanga, *Digital Financial Inclusion* (pp. 95–113). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-16687-7_6
- Mhlanga, D. (2022e). The Impact of Financial Inclusion on Poverty: From Keynesian/Liberal Perspective in the Fourth Industrial Revolution. In D. Mhlanga, *Digital Financial Inclusion* (pp. 249–265). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-16687-7_14
- Mhlanga, D. (2022f). The Impact of Financial Inclusion on Poverty from the Classical Theory of Poverty in the Fourth Industrial Revolution. In D. Mhlanga, *Digital Financial Inclusion* (pp. 213–225). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-16687-7_12
- Mohan, R. (2006). *Economic Growth, Financial Deepening and Financial Inclusion*. Reserve Bank of India Bulletin. https://www.researchgate.net/publication/237572261_Economic_growth_financial_deepening_and_financial_inclusion
- Mulatie, C., & Andualem, B. (2019). Gender difference in poverty: An empirical analysis in Bench Maji, Kaffa and Sheka zones, south west Ethiopia. *Journal of Economics and International Finance*, 11(1), 15–24. <https://doi.org/10.5897/JEIF2018.0945>
- Ng, A. H., Farinda, A. G., Kan, F. K., Lim, A. L., & Ting, T. M. (2013). Poverty: Its causes and solutions. *International Journal of Humanities and Social Sciences*, 7(8), 2471–2479.

- Omojolaibi, J. A., Okudo, A. G., & Shojobi, D. A. (2019). Are women financially excluded from formal financial services? Analysis of some selected local government areas in Lagos State, Nigeria. *Journal of Economic and Social Thought*, 6(1), 16–47.
- Osorio, J. C. P. (2025). *Mozambique* [Poverty & Equity Brief].
- Ozili, P. K. (2018). Impact of digital finance on financial inclusion and stability. *Borsa Istanbul Review*, 18(4), 329–340. <https://doi.org/10.1016/j.bir.2017.12.003>
- Ozili, P. K. (2020). Theories of Financial Inclusion. In E. Özen & S. Grima (Eds.), *Uncertainty and Challenges in Contemporary Economic Behaviour* (p. 0). Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/978-1-80043-095-220201008>
- PNUD. (2025). *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2025*.
- Ramos, H. (2023). O Impacto da Educação Financeira no Nível de Inclusão Financeira em Moçambique. *Revista Interdisciplinar de Ciência Aplicada*, 07. <https://doi.org/10.18226/25253824.v7.n12.10>
- Romer, P. M. (1986). Increasing Returns and Long-Run Growth. *Journal of Political Economy*, 94(5), 1002–1037. <https://doi.org/10.1086/261420>
- Rossi, P. H. (1957). Community Decision Making. *Administrative Science Quarterly*, 1(4), 415–443. JSTOR. <https://doi.org/10.2307/2390867>
- Salvucci, V., & Tarp, F. (2024a). Crises, prices, and poverty – An analysis based on the Mozambican household budget surveys 1996/97–2019/20. *Food Policy*, 125, 102651. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2024.102651>
- Salvucci, V., & Tarp, F. (2024b). Stochastic dominance testing of poverty in Mozambique. *Journal of Social and Economic Development*. <https://doi.org/10.1007/s40847-024-00361-5>
- Sanchez-Martinez, M., & Davis, P. (2014). A review of the economic theories of poverty. *National Institute of Economic and Social Research (NIESR) Discussion Papers*, (435).
- Sarma, M. (2016). Measuring Financial Inclusion for Asian Economies. In S. Gopalan & T. Kikuchi (Eds.), *Financial Inclusion in Asia: Issues and Policy Concerns* (pp. 3–34). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/978-1-137-58337-6_1
- Schultz, T. W. (1961). Investment in Human Capital. *The American Economic Review*, 51(1), 1–17. JSTOR.
- Sen, A. (2000). Development as freedom. *Development in Practice-Oxford-*, 10(2), 258–258.
- Tita, A. F., & Aziakpono, M. J. (2017). The effect of financial inclusion on welfare in sub-Saharan Africa: Evidence from disaggregated data. *Economic Research Southern Africa, Working Paper*, 679.

- Tvedten, I. (2012). Mozambique country case study: Gender equality and development. *World Development Report*, 7778105–1299699968583.
- UNW. (2024). *Her Finance, Her Future. Building Stronger Economies One Woman at a Time*.
- White, H. (1980). A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 817–838.
- Wooldridge, J. M. (2016). *Introductory econometrics a modern approach*. South-Western cengage learning.
- Yue, P., Korkmaz, A. G., Yin, Z., & Zhou, H. (2022). The rise of digital finance: Financial inclusion or debt trap? *Finance Research Letters*, 47, 102604. <https://doi.org/10.1016/j.frl.2021.102604>

APÊNDICES

Apêndice A: Resumo dos Estudos sobre Inclusão Financeira e Pobreza

Ano	Autores	País/ Região	Tipo de Dados	Modelo/ Metodologia	Período Temporal	Resultado
2017	Anas e Amiruddin	Indonésia	Painel	Regressão Linear Múltipla	2005-2013	(+) IF reduz significativamente a pobreza; desigualdade de rendimento agrava a pobreza
2017	Tita e Aziakpono	África Subsariana	Seccional	Regressão seccional	2011	(-) IF beneficia sobretudo os menos pobres, excluindo os mais vulneráveis
2018	Abimbola et al.	Nigéria	Séries Temporais	MQO	1992-2016	(+) Expansão dos serviços financeiros reduz a pobreza
2022	Yue et al.	China	Painel	Efeitos fixos + MQ2E	2013-2019	(Misto) IF digital aumenta o consumo, mas pode elevar o endividamento
2023	Kumar e Jie	Países em Desenvolvimento	Painel	Efeitos Fixos	2004-2018	(+) IF reduz a pobreza, sobretudo entre mulheres e pobres
2025	Apeverga	Nigéria rural	Painel	Efeitos aleatórios	2015 e 2018	(+) Conta bancária melhora significativamente o consumo per capita
2025	Ahmat-Tidjani	África Subsariana	Painel	Modelo de painel dinâmico com limiar endógeno	2004-2022	(Misto) IF melhora o consumo apenas abaixo de determinado limiar de remessas

Nota: (+) impacto positivo da inclusão financeira sobre a redução da pobreza ou o consumo do agregado familiar; (-) impacto negativo; (Misto) impacto que varia conforme determinadas condições ou contextos analisados.

Apêndice B: Descrição das Variáveis

Variáveis	Descrição	Unidade de Medida
<i>Consumo per capita</i>	Consumo total do agregado familiar dividido pelo número de membros	Meticais
<i>Inclusão Financeira</i>	Inclusão financeira do agregado familiar; variável dummy que indica se pelo menos um membro do agregado possui conta financeira activa	1 = possui conta; 0 = não possui
<i>Sexo</i>	Sexo do chefe do agregado familiar	1 = mulher; 0 = homem
<i>Tamanho de Agregado Familiar</i>	Número de membros no agregado familiar	Membros
<i>Educação</i>	Número de anos de escolaridade do chefe do agregado familiar	Anos de escolaridade
<i>Activos</i>	Número de activos produtivos do agregado familiar	Número de activos

Apêndice C: Sumário Estatístico

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
Consumo pc	4149	27.17392	24.3374	.298496	413.82
IF	4149	.4191371	.4934773	0	1
Sexo	4149	.2270427	.4189709	0	1
TamAF	4149	4.839479	2.320254	1	27
Educ	4149	5.317185	3.355668	0	17
Activos	3943	11.05706	17.78535	1	500
LnConsumo pc	4149	2.96027	.8890014	-1.20899	6.025431
LnTamAF	4149	1.452401	.5294169	0	3.295837
LnEduc	4149	1.180682	1.611917	-4.60517	2.833802
LnActivos	3943	1.747122	1.16689	0	6.214608

Apêndice D: Estimação do efeito da inclusão financeira sobre o consumo per capita

LnConsumo_pc	Coef.	St.Err.	t-value	p-value	[95% Conf	Interval]	Sig
IF	-.187025	.0253409	-7.38	0.000	-.2367076	-.1373425	***
Sexo	-.1228599	.0296388	-4.15	0.000	-.1809688	-.064751	***
LnTamAF	-.7410201	.0244918	-30.26	0.000	-.7890379	-.6930022	***
LnEduc	.0039474	.007641	0.52	0.605	-.0110332	.018928	
LnActivos	.2093263	.0108288	19.33	0.000	.1880956	.2305569	***
Constant	3.815382	.0410214	93.01	0.000	3.734957	3.895807	***
R-squared		0.2236	Number of obs			3943	
F-test		226.74	Prob > F			0.000	

*** $p < .01$, ** $p < .05$, * $p < .1$

Apêndice E: Resultados dos Testes Diagnósticos

a) Resultados do teste de multicolinearidade

	VIF	1/VIF
LnTamAF	1.09	0.919509
LnActivos	1.08	0.924022
IF	1.05	0.954131
Sexo	1.04	0.961513
LnEduc	1.03	0.968360
Mean VIF	1.06	

b) Resultados do teste de heterocedasticidade

Breusch-Pagan/Cook-Weisberg test for heteroskedasticity

Assumption: Normal error terms

Variable: Fitted values of LnConsumo_pc

H0: Constant variance

chi2(1) = 37.47

Prob > chi2 = 0.0000

c) Resultados da estimação do modelo com erros-padrão robustos

LnConsumo_pc	Coef.	St.Err.	t-value	p-value	[95% Conf	Interval]	Sig
IF	-.187025	.0258576	-7.23	0.000	-.2377206	-.1363295	***
Sexo	-.1228599	.0298591	-4.11	0.000	-.1814007	-.0643191	***
LnTamAF	-.7410201	.0253524	-29.23	0.000	-.7907252	-.6913149	***
LnEduc	.0039474	.0076879	0.51	0.608	-.0111252	.01902	
LnActivos	.2093263	.0116225	18.01	0.000	.1865395	.232113	***
Constant	3.815382	.0438156	89.11	0.000	3.731439	3.899325	***
R-squared		0.2236	Number of obs		3943		
F-test		210.93	Prob > F		0.000		

*** $p < .01$, ** $p < .05$, * $p < .1$

d) Resultados do teste de não-normalidade de resíduos

Skewness and kurtosis tests for normality

----- Joint test -----

Variable	Obs	Pr(skewness)	Pr(kurtosis)	Adj chi2(2)	Prob>chi2
resid	3,943	0.000	0.000	301.19	0.000

e) Resultados do teste de má especificação do modelo

Ramsey RESET test for omitted variables

Omitted: Powers of fitted values of LnConsumo_pc

H0: Model has no omitted variables

$F(3, 3934) = 0.80$

Prob > F = 0.4960